

Relatório

O estado da participação partidário-eleitoral nos municípios brasileiros

Relatório

O estado da participação partidário-eleitoral nos municípios brasileiros

Relatório 01

Observatório Participa (OPar)

8 de set. de 2026

Sumário

Apresentação	4
O Relatório	4
1. Desenho metodológico: IPar Municípios – Partidário Eleitoral	9
2. Distribuição da participação partidário-eleitoral	14
2.1. Comparecimento Eleitoral	14
2.2. Filiação Partidária	16
2.3. Alistamento Eleitoral Não Obrigatório (Jovens de 16 e 17 anos)	17
3. Interseções da participação (matriz de correlação)	20
4. Status econômico e desenvolvimento municipal	23
4.1. O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM Geral)	23
4.2. Os Componentes do IFDM: Educação, Saúde e Emprego & Renda	25
5. Urbanização, porte populacional e rede urbana	28
5.1. A Taxa de Urbanização Municipal	28
5.2. Porte populacional (Censo 2022)	30
5.3. A Hierarquia e Centralidade Urbana (REGIC 2018)	32
6. Cargas fatorias no engajamento político municipal	35
7. A geografia da participação e a desigualdade (análise espacial)	39
7.1. Mapa da Participação Partidário-Eleitoral e IFDM Geral	40
7.2. Mapa da Participação Partidário-Eleitoral e IFDM Emprego & Renda	42
7.3. Mapa da Participação Partidário-Eleitoral e Porte Populacional dos Municípios	44
7.4. Mapa da Participação Partidário-Eleitoral e Urbanização	48
8. Preditores do engajamento e o efeito dos estados (UF)	51
8.1. Efeitos Fixos: Preditores do Engajamento	51

8.2. Efeito do Estado (UF) na Participação Partidário-Eleitoral por Região	54
9. Considerações Finais	58
Notas	66
Ficha Técnica	68
Assessoramento Externo	69

Lista de tabelas, gráficos e ilustrações

Gráfico 1: Distribuição do nível de comparecimento nos municípios	15
Gráfico 2: Distribuição da taxa de filiação em 2024	17
Gráfico 3: Distribuição da taxa de alistamento não obrigatório em 2024	18
Gráfico 4: Matriz de Correlação - Dimensões do Engajamento Político Municipal	21
Gráfico 5: Associação entre o Desenvolvimento Municipal (IFDM 2022) e a Participação Partidário-Eleitoral	24
Gráfico 6: Associação dos Componentes do IFDM (Educação, Saúde e Emprego & Renda) com Participação Partidário-Eleitoral	26
Gráfico 7: A influência da urbanização na participação partidário-eleitoral	29
Gráfico 8: Participação Partidário-Eleitoral e Porte Populacional	31
Gráfico 9: Participação Partidário-Eleitoral por Hierarquia Urbana (REGIC 2018)	33
Gráfico 9: Cargas Fatoriais na Participação Partidário-Eleitoral	36
Mapa 1: Geografia da Desigualdade e Participação Partidário-Eleitoral (IFDM 2022 Geral)	40
Mapa 2: IFDM Emprego & Renda e Participação Partidário-Eleitoral	43
Mapa 3: Tamanho Populacional e Participação Partidário-Eleitoral (Censo 2022)	46
Mapa 4: Urbanização e Participação Partidário-Eleitoral	49
Gráfico 11: Efeitos Fixos – Preditores do Engajamento em Modelo Multinível (Censo 2022)	52
Gráfico 12: Associação entre Estado (UF) na Participação Partidário-Eleitoral por Região	55

Apresentação

O Relatório

As eleições são fundamentais para a democracia, pois constituem o principal instrumento de autorização e controle dos governantes por parte da cidadania. Os partidos políticos, por sua vez, estruturam os mecanismos de representação política e de competição pelo poder. Ao mesmo tempo, em diferentes partes do mundo, processos eleitorais e partidos políticos têm sido alvo de questionamentos quanto à sua capacidade de representar a diversidade social e sustentar a legitimidade das instituições democráticas (Câmara dos Deputados, Senado Federal, etc.).

Esse contexto tem conferido particular importância aos estudos que buscam compreender como cidadãos e cidadãos se vinculam às eleições e aos partidos políticos. Frequentemente, tais estudos tomam os comportamentos individuais como unidade de análise e buscam explicar como os cidadãos formam suas preferências políticas e decidem o voto. Mesmo quando utilizam dados municipais ou examinam diferenças regionais, o resultado a ser explicado pelos estudos costuma ser a votação obtida por candidatos e partidos ou a orientação política dos eleitores. Isto é, os dois focos de interesse normalmente são o comportamento eleitoral dos eleitores e suas causas, por um lado, e os resultados agregados das eleições.

Em relação a estudos desse tipo, a principal inovação deste relatório consiste em adotar como unidade de análise os municípios e em buscar identificar não as preferências políticas dos cidadãos, mas a intensidade de seu envolvimento com a política partidário-eleitoral.

Nesse sentido, este relatório tem como objetivo geral diagnosticar o estado da participação partidário-eleitoral nos municípios brasileiros, identificando como diferentes formas de vinculação dos cidadãos às instituições representativas se distribuem pelo território nacional. O relatório examina três dimensões da participação partidário-eleitoral e busca examinar como essas dimensões se relacionam entre si; construir uma medida sintética da participação partidário-eleitoral no nível municipal; investigar suas

associações com características socioeconômicas, demográficas e territoriais dos municípios; e identificar padrões regionais que ajudem a compreender as desigualdades da participação política no Brasil.

Para alcançar esses objetivos, além de examinar cada dimensão, o Observatório Participa (OPar) desenvolveu o Índice da Participação nos Municípios – Partidário-Eleitoral, denominado IPar Municípios – Partidário-Eleitoral. O índice constitui uma ferramenta de diagnóstico e comparação que sintetiza, em uma mesma medida, diferentes formas de vinculação dos cidadãos às instituições da democracia representativa. O IPar não pretende esgotar a análise do fenômeno da participação política nem avaliar a “qualidade” da democracia municipal. Sua finalidade é oferecer um diagnóstico geral e um parâmetro comum para comparar os municípios, identificar desigualdades territoriais, acompanhar possíveis mudanças ao longo do tempo e formular hipóteses sobre as condições que favorecem ou dificultam o engajamento partidário-eleitoral nos municípios.

De modo mais específico, o índice foi composto por três variáveis: i) comparecimento eleitoral, ii) alistamento voluntário de eleitores de 16 e 17 anos e iii) filiação partidária. A análise detalhada sobre o estado da participação partidário-eleitoral nos municípios brasileiros, para além do comparecimento às urnas, que inclui o quanto os cidadãos se filiam a partidos (filiação partidária), e quantos jovens (16 e 17 anos) do país têm emitido seus primeiros títulos de eleitor (alistamento eleitoral não obrigatório), ajuda a compreender a relação entre os cidadãos e a política no Brasil. Examinar como esses fenômenos se distribuem no território nacional, considerando suas associações com indicadores de desigualdades socioeconômicas e de centralidade urbana, permite aprimorar essa compreensão.

O IPar, é importante ressaltar, não corresponde a uma simples média das três taxas que o compõem. Sua construção parte da identificação de uma tendência comum (um fator) ao comparecimento eleitoral, à filiação partidária e ao alistamento jovem, responsável por explicar 56,34% das diferenças observadas entre os municípios (cálculo realizado por análise de componentes

principais). Isso significa que, de maneira geral, municípios com níveis elevados em uma dessas modalidades de participação também tendem a apresentar níveis relativamente elevados nas demais (embora com variações relevantes nas diferenças não explicadas pelo índice). O índice permite, assim, posicionar cada município em relação ao padrão geral de participação partidário-eleitoral existente no país, mas deve ser utilizado em conjunto com a análise desagregada de seus componentes, pois as diferentes dimensões da participação partidário-eleitoral apresentam padrões não inteiramente explicados por ele.

Em suma, em conjunto, as variáveis selecionadas para compor o índice captam diferentes dimensões do envolvimento da cidadania com as instituições da democracia representativa: o exercício do voto, o ingresso antecipado dos indivíduos na comunidade política por meio do alistamento eleitoral e o engajamento mais permanente proporcionado pela vinculação partidária. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais e diferenças territoriais, analisar como essas formas de participação variam nos municípios é fundamental para nossa compreensão da democracia no país, considerando uma das dimensões centrais da participação social: os processos eleitorais.

Os principais resultados do estudo demonstram que o nível agregado de participação partidário-eleitoral tende a ser mais elevado em municípios de menor porte, com menor pontuação no IFDM Emprego & Renda, e menores taxas de urbanização. Esse padrão, entretanto, não se reproduz de maneira idêntica nas três dimensões do índice. O comparecimento eleitoral e o alistamento voluntário de jovens apresentam relações claramente inversas com a renda, a urbanização e o tamanho populacional. A filiação partidária, por sua vez, aumenta à medida que o IFDM se eleva, embora apresente níveis menores nos municípios mais urbanizados e populosos. O índice sintetiza, portanto, uma tendência predominante de participação, mas também revela que diferentes modalidades de engajamento respondem de forma distinta às características dos municípios.

O presente relatório apresenta esses resultados em detalhe e integra um projeto mais amplo de pesquisa em desenvolvimento pelo OPar, intitulado “Estado da Participação nos Municípios”. Embora este documento se dedique exclusivamente aos resultados da participação partidário-eleitoral, o esforço geral de pesquisa do OPar engloba também o diagnóstico de outras dimensões da participação, como as Instituições Participativas, o Associativismo Civil, o Governo Aberto e a Transparência, e as formas de Participação Não Institucionalizada.

A análise do estado da participação partidário-eleitoral nos municípios brasileiros está organizada em oito seções, além desta apresentação:

1. A primeira seção informa as escolhas metodológicas e os procedimentos seguidos, tanto no que diz respeito às variáveis utilizadas e suas respectivas fontes quanto no que se refere aos procedimentos do IPar. Também reconhecem-se as limitações inerentes a essas escolhas.
2. A primeira seção apresenta o comportamento isolado e a distribuição de frequência de cada uma das três variáveis do índice no conjunto dos municípios brasileiros. Ou seja, esta seção descreve os números de pessoas que votam, filiam-se a partidos e tiram o título de eleitor aos 16 e 17 anos em todo o país, expondo os dados de cada ação de forma isolada;
3. A segunda seção explora, por meio de uma matriz de correlação (uma tabela que mostra, de forma organizada, o quanto cada variável está relacionada com as demais), como o comparecimento, a filiação e o alistamento se relacionam positiva e reciprocamente nos municípios. Em outras palavras, a seção verifica se cidades com muitos eleitores nas urnas também possuem muitos jovens alistados e adultos filiados a partidos;
4. A terceira seção avalia o impacto de indicadores do desenvolvimento na participação partidário-eleitoral, cruzando o índice de participação partidário-eleitoral com o IFDM 2022 (em sua dimensão agregada geral e decomposto em Educação, Saúde e Emprego & Renda);

5. A quarta seção detalha a dimensão urbana e demográfica dos municípios, examinando a taxa de urbanização, o porte populacional (analisado nas 7 faixas oficiais do IBGE do Censo 2022) e a hierarquia urbana da rede de cidades (REGIC 2018);
6. A quinta seção comprova a força de cada uma das três variáveis estudadas para formar um medidor geral de atividade política. O método estatístico que estabelece o peso do comparecimento eleitoral, da filiação e do alistamento chama-se “análise de componentes principais” (*Principal Component Analysis*, ou PCA);
7. A sexta seção projeta os dados sobre o mapa do território nacional. As ilustrações relacionam o grau de participação partidário-eleitoral com o desenvolvimento municipal (IFDM), o tamanho da população e a renda per capita em diferentes regiões;
8. A sétima e última seção investiga quais características das cidades (como o nível de IFDM 2022, de urbanização, de centralidade REGIC e do tamanho da população em 7 faixas) possuem associação com o índice de engajamento partidário-eleitoral. Para isso, utilizamos um modelo multinível para separar o efeito de fatores municipais (como o tamanho da cidade) do efeito estadual [1].

Os resultados obtidos e sua distribuição no território nacional (UFs e municípios) podem ser consultados no seguinte [hotsite](#) IPAR Partidário-Eleitoral criado pelo OPar. A ferramenta permite a visualização interativa e intuitiva dos cálculos e operacionalizados pelo índice, bem como a comparação entre municípios e suas posições em relação à média nacional e às outras cidades do respectivo estado da federação. Para utilizar a ferramenta, basta se atentar aos seus recursos[2].

1. Desenho metodológico: IPar Municípios – Partidário Eleitoral

Antes de apresentar os resultados, é importante compreender o que é um índice e por que o utilizamos. Um índice (estatístico, nesse caso) é uma medida numérica que resume e representa o comportamento de um conjunto de dados ao longo do tempo ou entre diferentes grupos. Ele agrega várias informações em uma única medida, facilitando comparações e o acompanhamento de tendências de um determinado fenômeno.

No caso do IPar Municípios – Partidário-eleitoral, o índice busca medir o quanto os cidadãos de cada município brasileiro se engajam em atividades políticas específicas (variáveis): comparecimento eleitoral, filiação partidária e alistamento jovem. Em vez de olhar para dezenas de informações separadas, o índice resume tudo em um único valor, tornando fácil comparar as cidades entre si e acompanhar o comportamento da participação partidário-eleitoral no país.

A ambição do OPar com o índice não é apenas ordenar os municípios segundo níveis maiores ou menores de participação. O IPar foi concebido para investigar se essas diferentes modalidades de engajamento apresentam uma dinâmica municipal comum; identificar os contextos territoriais em que elas se fortalecem ou enfraquecem, e examinar como renda, urbanização, desenvolvimento humano e porte populacional estão associados à participação. O índice também possibilita comparar essa dimensão com outras modalidades de participação analisadas pelo projeto “Estado da Participação nos Municípios”, como o associativismo civil, as instituições participativas, o governo aberto e a participação não institucionalizada.

Por se tratar de um índice ou medida sintética, o IPar deve ser interpretado como um instrumento de diagnóstico, e não como uma avaliação completa do estado da participação partidário-eleitoral de cada município. Uma pontuação elevada informa que determinadas modalidades de engajamento partidário-eleitoral ocorrem em proporções relativamente altas, mas não revela,

por si só, as motivações dos participantes, a intensidade efetiva de sua atuação, a qualidade das organizações partidárias ou o caráter democrático das relações políticas locais.

Para avaliar as variáveis mencionadas nas 5571 cidades brasileiras, o IPar Municípios – Partidário-Eleitoral foi estruturado a partir de dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o ano de 2024. Para o cálculo da taxa de alistamento jovem, a população municipal de referência de 16 e 17 anos foi estimada projetando-se dados demográficos do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Adicionalmente, as variáveis socioeconômicas, demográficas e territoriais utilizadas ao longo do relatório estruturam-se a partir de:

1. Dados populacionais e de taxa de urbanização do Censo Demográfico de 2022 (IBGE), categorizados na classificação oficial de 7 faixas de porte populacional do IBGE;
2. O estudo de centralidade e hierarquia urbana REGIC 2018 (IBGE), englobando as categorias de Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais;
3. O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM 2022), é analisado de forma geral e decomposto, também, nas vertentes de Educação, Saúde e Emprego e Renda.

Para definir de forma adequada a importância (peso) de cada uma das três variáveis utilizadas no cálculo do IPar, sem depender de escolhas subjetivas da equipe de pesquisa, adotou-se um método estatístico chamado Análise de Componentes Principais (PCA)[3]. A PCA analisa como as três dimensões (comparecimento, filiação e alistamento jovem) variam juntas no território nacional. O método identificou que existe uma tendência comum forte compartilhada por elas, onde municípios com alta participação em uma característica também tendem a apresentar maior engajamento nas demais. Essa tendência de crescimento conjunto representa a dimensão geral de engajamento político local (primeiro componente) e consegue resumir, sozinha,

mais da metade (55.83%) de todas as informações contidas nas três variáveis originais.

A fórmula final do IPar Municípios – Partidário-Eleitoral calcula a pontuação de cada município a partir das seguintes participações e pesos sugeridos pelo modelo estatístico:

1. Comparecimento eleitoral (Peso de 41,93% no índice) – O comparecimento às urnas é a variável de maior peso no índice. Ela funciona como o principal indicador de participação política nas cidades, ditando o ritmo geral do engajamento eleitoral no nível local.
2. Filiação partidária (Peso de 30,27% no índice) – A filiação representa uma vinculação permanente com a principal organização política da democracia representativa. A filiação é voluntária e, embora seja menos comum que o voto, ela responde por quase um terço do índice.
3. Alistamento eleitoral não obrigatório (Peso de 27,81% no índice) – A taxa de jovens de 16 e 17 anos que decidem emitir voluntariamente seu título de eleitor tem a menor contribuição relativa no índice, mas mantém uma correlação forte e positiva com a dinâmica geral de inserção política dos municípios.

O índice é baseado no primeiro componente e varia em uma escala normalizada de 0 a 1, na qual resultados mais próximos de 0 indicam menores níveis de participação partidário-eleitoral nos municípios, enquanto valores mais próximos de 1 indicam níveis mais elevados de participação. A taxa de urbanização, o porte populacional e o IFDM 2022 (geral e decomposto) foram selecionados como variáveis que permitem compreender em que medida características demográficas, socioeconômicas e de desenvolvimento municipal estão associadas a diferentes níveis de participação partidário-eleitoral.

Vale destacar que o índice (primeiro componente) deve ser lido como uma “tendência geral de participação”. Sabe-se que ao sintetizar três dimensões em um eixo principal, o método pode obscurecer nuances importantes. Esse é o caso, conforme será visto, da dissociação observada

entre filiação partidária e engajamento juvenil, na segunda componente. Também pode ocorrer em casos em que ambas variáveis apresentam níveis elevados de forma concomitante. Embora esses casos possam ocorrer em menor volume (talvez sejam até exceções), eles podem ser de interesse para análises da variação da participação partidário-eleitoral nos municípios.

Dadas essas explicações procedimentais, torna-se imprescindível esclarecer que a abordagem aqui adotada apresenta limitações. Em primeiro lugar, como todo índice, que por natureza é baseado em dados agregados, há o risco de se ocultar heterogeneidades e dinâmicas contextuais locais específicas. Dito de outro modo, incorre-se na possibilidade de produzir generalizações que não captam toda a complexidade empírica dos fenômenos observados. Por esse motivo, os resultados devem ser lidos com certa cautela. Análises mais específicas e contextuais, como eventuais estudos de caso, podem vir a revelar variações e mecanismos que escapam à capacidade de captura do Índice, contribuindo para uma compreensão mais acurada dos fenômenos observados.

Do ponto de vista mais da capacidade de gerar inferências, outra limitação merece menção. Os modelos multiníveis utilizados não permitem estabelecer relações causais. Eles produzem associações estatísticas entre as variáveis analisadas, permitindo identificar padrões descritivos de covariação. Assim, os resultados não têm a pretensão de determinar mecanismos causais subjacentes, mas apenas de evidenciar relações sistemáticas observadas nos dados; isto é, revelar padrões.

Há limitações mais específicas que vale a pena apontar brevemente. Como o relatório está ancorado em dados referentes a um único ano como recorte temporal (2024), restringe-se a capacidade de captar dinâmicas de mudança ao longo do tempo ou padrões mais estruturais do período pós-redemocratização. Não ter uma série temporal é particularmente relevante, considerando que o período recente no Brasil foi marcado por um contexto de contestação pública da integridade do processo eleitoral e das urnas eletrônicas, uma intensificação da polarização política, um processo de

desinformação política e eleitoral, na esteira do que ocorreu na pandemia da Covid-19, com intenso aumento da participação política em ambientes digitais, além de uma crise institucional que buscou uma ruptura democrática, materializada no dia 08 de janeiro de 2023. Tudo isso pode ter condicionado atitudes, percepções e comportamentos de participação nos municípios de maneira conjuntural, mas não necessariamente refletindo eventuais padrões mais estáveis de longo prazo.

Por fim, há também questões relevantes relacionadas às variáveis específicas empregadas. A variável de filiação partidária, por exemplo, não capta o grau de pluralismo ou competitividade do sistema partidário local, tornando equivalentes contextos com estruturas partidárias densas e diversificadas e aqueles com baixa competição ou concentração organizacional. Diferentes configurações institucionais podem produzir valores semelhantes sem que isso reflita equivalência substantiva em termos de participação partidário-eleitoral. Em particular, em municípios de menor porte, uma elevada proporção de filiação partidária pode estar concentrada em uma única legenda, de modo que valores elevados no indicador não necessariamente expressam maior diversidade de participação política, podendo também refletir padrões de concentração partidária ou formas mais tradicionais de organização e mediação política local (clientelismo, etc.).

Decerto, essas e eventuais outras limitações, que poderão ser melhor equacionadas em estudos futuros, não reduzem a originalidade e utilidade deste relatório e das análises que o tornaram possível. Mesmo com suas limitações, o índice proposto oferece uma medida sintética, comparável e empiricamente fundamentada da participação partidário-eleitoral nos municípios, contribuindo para o avanço do diagnóstico empírico e para a formulação de agendas analíticas futuras mais refinadas. Esperamos que este relatório seja publicamente escrutinado, replicado e progressivamente aprimorado à luz de novos dados, críticas e desenvolvimentos metodológicos.

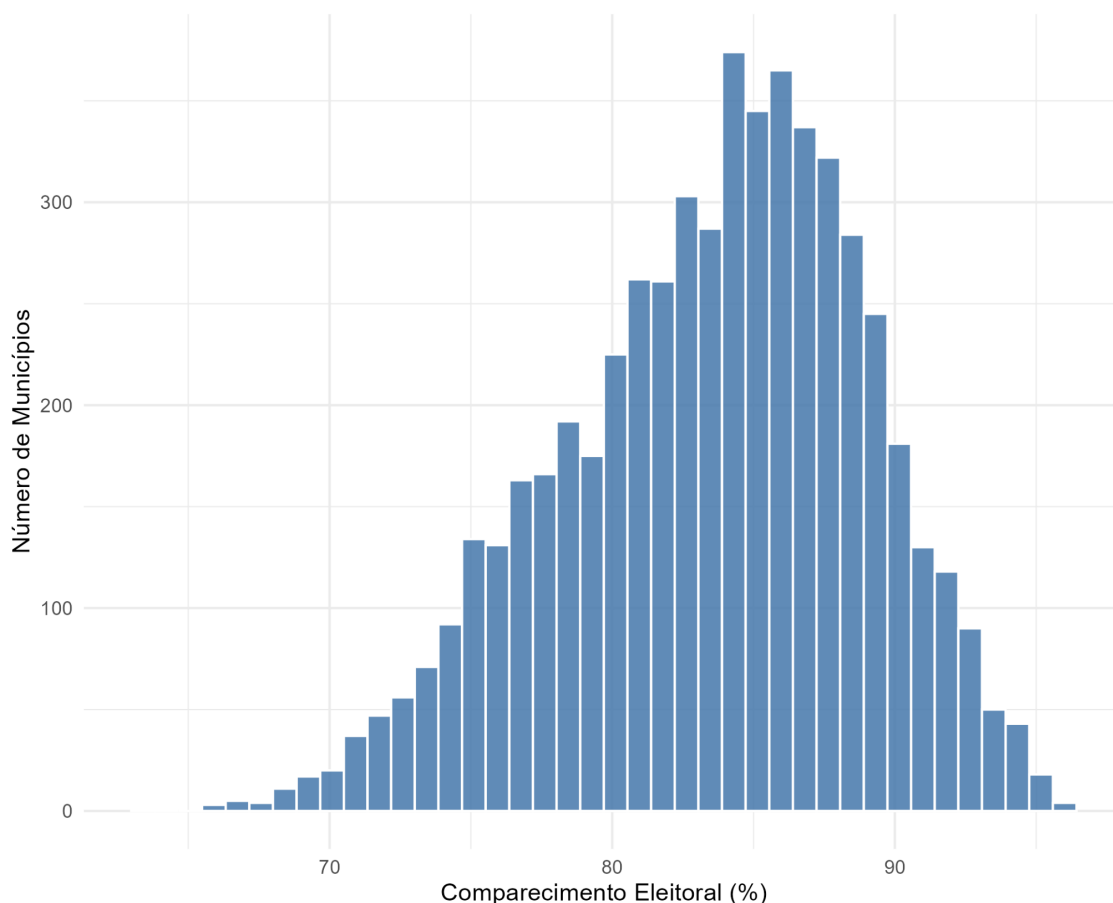
2. Distribuição da participação partidário-eleitoral

Antes de analisar as intersecções entre as variáveis e o impacto de fatores socioeconômicos sobre a participação partidário-eleitoral nos municípios, é preciso compreender o comportamento isolado de cada variável que compõe o índice nos municípios (filiação partidária, alistamento jovem e comparecimento eleitoral) para o ano de 2024.

A análise descritiva das três variáveis demonstra que, enquanto o comparecimento eleitoral é um fenômeno de massa, apresentando graus elevados na quase totalidade dos municípios, as formas de participação partidário-eleitoral estritamente voluntárias (filiação partidária e alistamento não-obrigatório de jovens) operam em patamares mais baixos na maioria das cidades, embora guardem exceções expressivas em algumas localidades.

2.1. Comparecimento Eleitoral

A distribuição do comparecimento às urnas nos municípios brasileiros apresenta, comparativamente em relação às outras variáveis, um padrão de alta adesão, como seria de se esperar pela importância das eleições e pelo caráter obrigatório do voto. Contudo, esse comportamento reflete a consolidação do ato de votar no país, o que se deve não apenas ao caráter obrigatório do voto, pois as multas são baixas e é relativamente simples justificar a ausência. O Código Eleitoral impõe multa com valores entre 3% e 10% do salário-mínimo da região para o eleitor que não vota e não justifica sua ausência. O sistema eleitoral disponibiliza canais rápidos para o processo de justificativa, que pode ser realizado por meio do aplicativo e-Título ou do portal do Tribunal Superior Eleitoral, na internet. O eleitor possui o prazo de até 60 dias após cada turno para justificar a falta de forma digital ou via formulário impresso nos cartórios eleitorais.

Gráfico 1: Distribuição do nível de comparecimento nos municípios

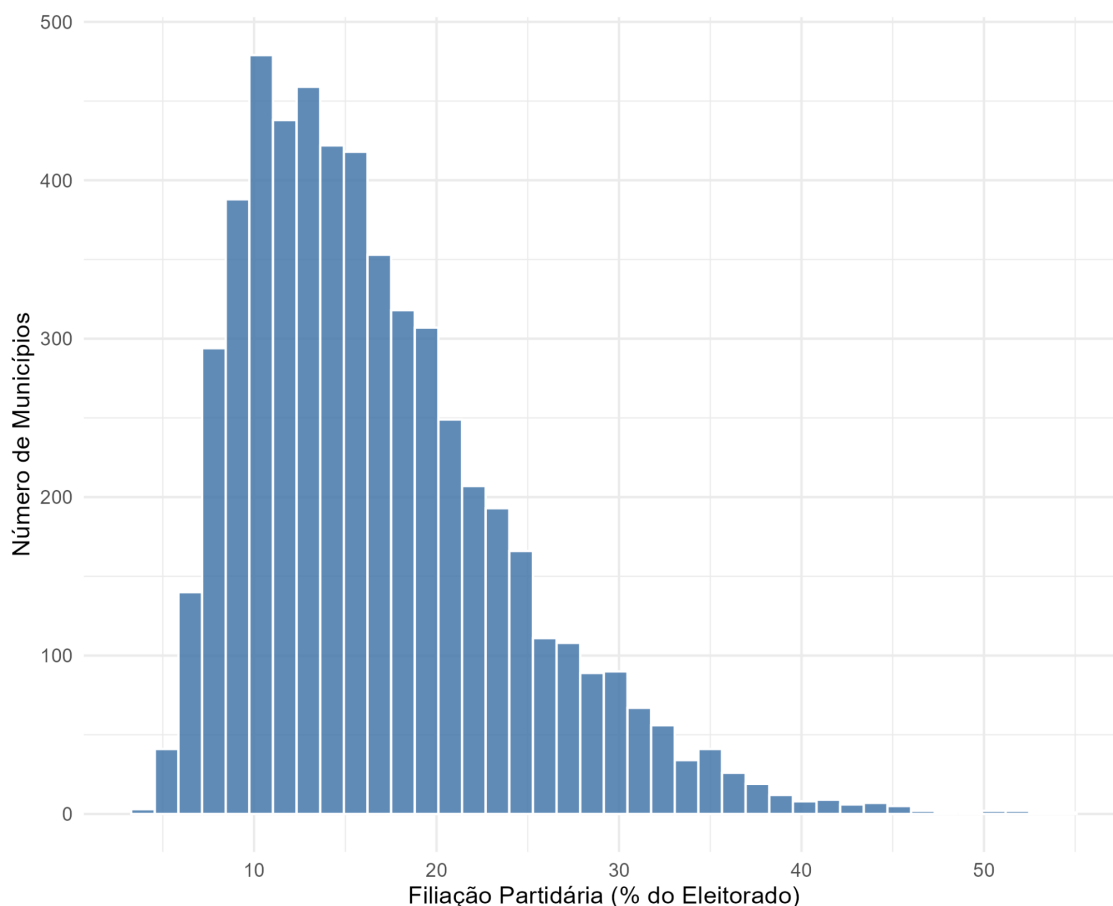
O Gráfico 1 revela que a grande maioria das cidades se concentra, formando um pico (moda) expressivo, em taxas de comparecimento entre 80% e 90% dos eleitores (abrangendo 64,3% de todos os municípios brasileiros, com taxa média nacional de 83,53% e mediana de 84,17%). A curva assimétrica à esquerda indica que é muito raro encontrar municípios com taxas de participação eleitoral inferiores a 70% (ocorrendo em apenas 0,9% das cidades, com o menor valor registrado em 63,40%).

O gráfico é um histograma, um tipo de gráfico utilizado para representar a distribuição de frequências de um conjunto de dados quantitativos e contínuos, isto é, com valores decimais.

2.2. *Filiação Partidária*

Em contraste com o comparecimento eleitoral, a taxa de filiação partidária exibe um comportamento distinto e níveis percentuais consideravelmente menores. O Gráfico 2 mostra uma forte concentração de municípios com taxas de filiação entre 10% e 20% do eleitorado (concentrando 55,2% das cidades, com média nacional de 16,70% e mediana de 15,26%). Contudo, a distribuição apresenta uma assimetria ou “cauda longa” à direita, evidenciando que existe um grupo minoritário de municípios onde o engajamento com a filiação partidária é notavelmente mais alto, chegando a ultrapassar a marca de 30% (em 5,8% dos municípios), 40% (em 0,7% das cidades) e, em casos isolados, até 50% de filiação.

A interpretação dessas cifras não é simples nem direta, pois requer parâmetros. As taxas de participação em associações são sabidamente mais baixas. Por exemplo, em 2014, o World Value Survey registrou que 11% e 9% da população participava, respectivamente, de associações esportivas e recreacionais no Brasil. Considerando que normalmente a filiação a associações é menor, e que partidos políticos não são instituições avaliadas como confiáveis pela população, as taxas de filiação parecem contraintuitivamente elevadas. Adicionalmente, é preciso considerar que a formalização de desfiliações partidárias deve ser rara e, conseqüentemente, os registros de filiação tendem naturalmente a crescer com o tempo.

Gráfico 2: Distribuição da taxa de filiação em 2024

Elaboração: Opar com base nos dados do TSE (2024).

Certamente, a vitalidade da filiação a partidos depende também de uma série de fatores políticos, como trajetórias de mobilização local, as redes entre partidos e a sociedade civil local e, de modo particular, dos incentivos dos partidos para realizar campanhas de filiação.

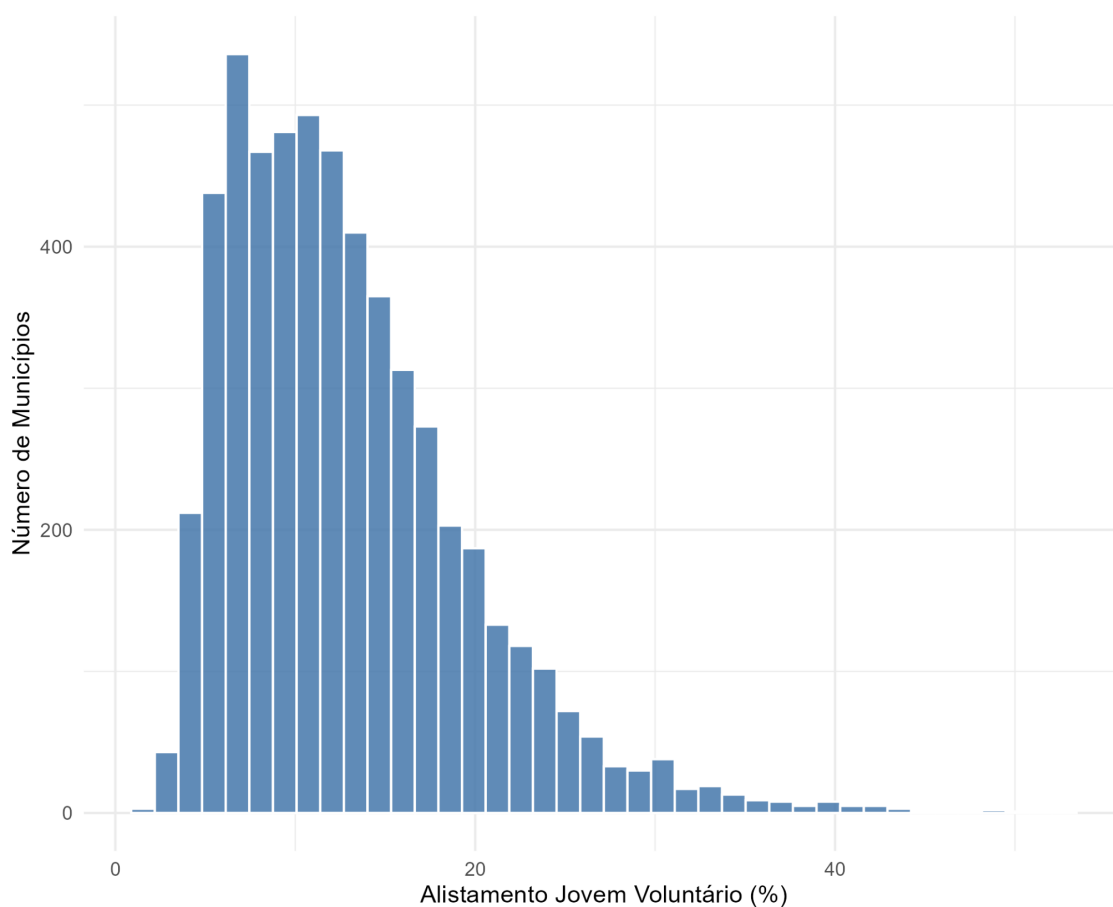
A distribuição da filiação partidária não informa os motivos da filiação, e esses importam para a compreensão das implicações dessa distribuição. Novas dimensões da análise, neste relatório, sugerem algumas linhas de interpretação.

2.3. Alistamento Eleitoral Não Obrigatório (Jovens de 16 e 17 anos)

A distribuição da taxa de alistamento não obrigatório (jovens entre 16 e 17 anos que tiram seu título de eleitor), por sua vez, segue um padrão de distribuição muito semelhante ao da filiação partidária. Novamente, a

interpretação não é direta nem simples na ausência de parâmetros claros, por exemplo, nos EUA não está facultado nacionalmente o alistamento antes do 18 anos; no México, a Constituição define que o voto só pode ser exercido com a maioria e, na França, é praticamente inexistente o alistamento anterior aos 18 anos.

Gráfico 3: Distribuição da taxa de alistamento não obrigatório em 2024



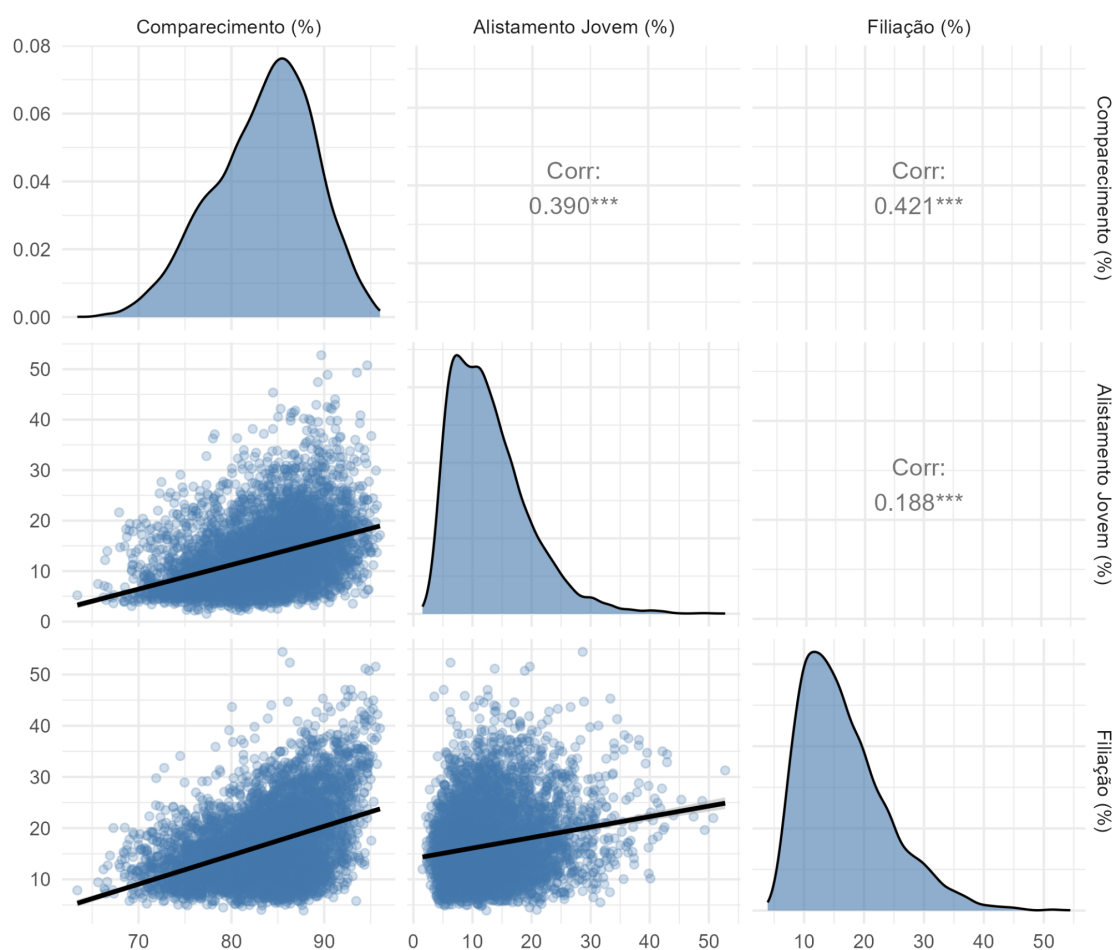
Elaboração: Opar com base nos dados do TSE (2024).

Como mostra o Gráfico 3, o volume mais expressivo de municípios agrupa-se em taxas abaixo de 20% (representando 86,4% de todas as cidades brasileiras, com média nacional de 12,93% e mediana de 11,71%), com o pico de frequência incidindo aproximadamente na faixa entre 5% e 15% de alistamento dessa faixa etária (abrangendo 63,2% dos municípios). De forma análoga à variável anterior, o histograma exibe uma assimetria à direita,

revelando a existência de cidades atípicas, que se descolam da média nacional, registrando taxas de alistamento jovem que ultrapassam a marca dos 30% e chegam a atingir 52,76%.

3. Interseções da participação (matriz de correlação)

Comparando as três variáveis entre si, vemos que as taxas elevadas de comparecimento eleitoral incidem nos mesmos municípios com proporções médias de filiação partidária e de alistamento jovem. Isto é, o comparecimento eleitoral, o alistamento jovem e a filiação partidária operam em conjunto no nível municipal, correlacionadas moderadamente entre si. Já o alistamento jovem e a filiação partidária guardam entre si uma correlação fraca, mas igualmente positiva e em todos os casos estatisticamente significativa.

Gráfico 4: Matriz de Correlação - Dimensões do Engajamento Político Municipal

Elaboração: OPar com base nos dados do TSE (2024).

A variação simultânea do comparecimento eleitoral, do alistamento jovem e da filiação partidária nas cidades brasileiras é aferida mediante a matriz de correlação, representada visualmente no Gráfico 4. A representação visual demonstra que as localidades com taxas altas de comparecimento eleitoral também registram proporções medianamente elevadas nas outras duas variáveis: o comparecimento eleitoral, o alistamento jovem e a filiação partidária acompanham a mesma direção de crescimento ou de redução. Esse resultado indica, assim, uma correlação positiva, isto é, o aumento do percentual de uma variável tende a ocorrer em paralelo ao aumento das demais.

O cruzamento de dados registra números positivos (valores acima de zero que indicam o crescimento conjunto das variáveis) nas três comparações do Gráfico 4. A relação estatística (a fórmula matemática que mede a intensidade da conexão entre duas variáveis) entre a taxa de comparecimento eleitoral e a taxa de filiação partidária atinge o valor de 0,421, ou seja, indica uma correlação moderada e estatisticamente relevante. A taxa de comparecimento eleitoral e a taxa de alistamento jovem apresentam uma correlação de 0,390, também moderada e estatisticamente relevante. A correlação entre a taxa de alistamento jovem e a taxa de filiação partidária também é estatisticamente relevante, embora seja fraca, apresentando um resultado de 0,188.

4. Status econômico e desenvolvimento municipal

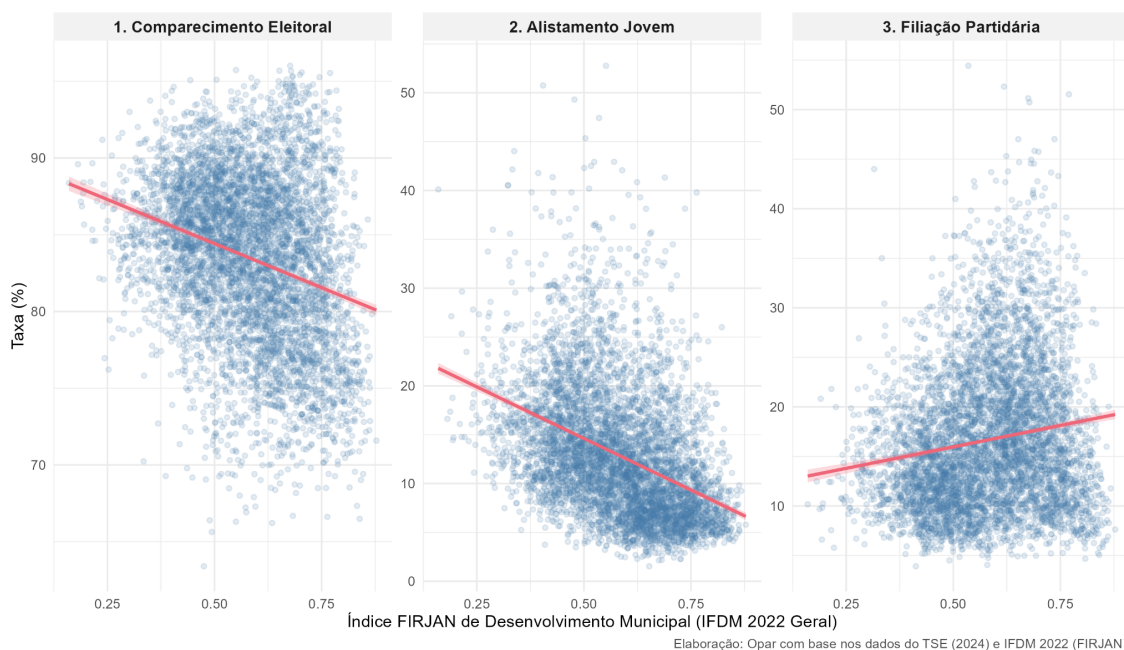
Nesta seção, examina-se os efeitos do (i) Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM 2022 Geral) e dos (ii) Componentes Decompostos do IFDM (Educação, Saúde e Emprego & Renda) na participação partidário-eleitoral nos municípios. A seção analisa primeiro o indicador geral do desenvolvimento municipal e desdobra, em seguida, os seus três pilares socioeconômicos estruturantes.

4.1. O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM Geral)

O IFDM é um índice que visa medir o bem-estar e a qualidade de vida da população considerando a educação, a saúde e o emprego e renda. A análise do IFDM 2022 demonstra que, em municípios com maior qualidade de vida socioeconômica, os cidadãos filiam-se mais a partidos políticos, mas comparecem menos às urnas no período eleitoral e seus jovens tendem a tirar seus títulos de eleitor de modo menos frequente.

No Gráfico 5, painel composto por três gráficos, o eixo horizontal inferior das três imagens exibe o IFDM 2022; quanto maior o valor, maior o desenvolvimento. A numeração do eixo horizontal avança da marca de 0,2 até números superiores a 0,8. A linha vertical esquerda mede a taxa de participação dos munícipes em cada uma das três variáveis examinadas.

Gráfico 5: Associação entre o Desenvolvimento Municipal (IFDM 2022) e a Participação Partidário-Eleitoral



Elaboração: Opar com base nos dados do TSE (2024) e IFDM 2022 (FIRJAN).

O primeiro painel (Comparecimento Eleitoral) cruza o IFDM 2022 com a taxa de comparecimento eleitoral. As cidades com índice de desenvolvimento mais baixo no IFDM registram taxas de comparecimento na faixa de 90%, enquanto as cidades com índice elevado possuem taxas de comparecimento abaixo de 80%. O traço vermelho central possui inclinação para baixo e indica uma relação inversamente proporcional entre as variáveis, no entanto, com associação fraca entre elas. Em outras palavras, os municípios com qualidade de vida superior no IFDM possuem taxas menores de comparecimento eleitoral (abaixo de 80%), enquanto municípios com menor desenvolvimento social e econômico têm maior comparecimento aos locais de votação.

O segundo painel do gráfico (Alistamento Jovem) mede a parcela de jovens de 16 e 17 anos com título de eleitor. Os municípios com notas baixas de desenvolvimento no IFDM apresentam taxas de alistamento na faixa de 20%, enquanto as cidades com indicadores altos de qualidade de vida alcançam taxas de alistamento próximas a 5%, significativamente menores. O gráfico repete o padrão inversamente proporcional, mostrando que o interesse da juventude em emitir o documento eleitoral de forma voluntária atinge

maiores proporções nas localidades com menor grau de desenvolvimento municipal no IFDM, com associação mais forte se comparada com a anterior.

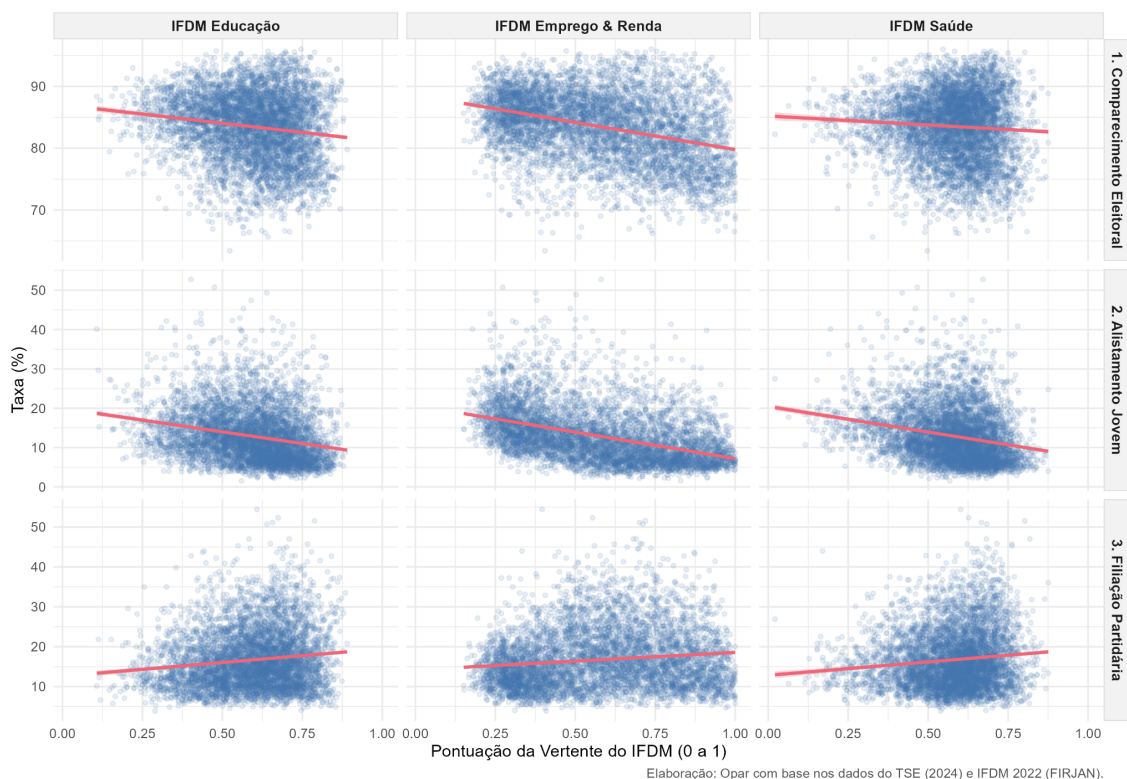
O terceiro painel no gráfico (Filiação Partidária) relaciona o IFDM 2022 com os registros de filiação dos cidadãos a partidos políticos. Cidades com menores notas de desenvolvimento no IFDM possuem proporções de filiação na faixa de 12%. Os municípios com índices elevados de qualidade de vida, por sua vez, alcançam marcas superiores, próximas a 20%. Trata-se de uma relação diretamente proporcional, em que o volume de eleitores com registro formal em organizações partidárias aumenta nos locais com IFDM mais elevado, apresentando uma tendência diferente das anteriores, mas ainda com uma associação fraca.

Em síntese, enquanto a associação positiva entre desenvolvimento socioeconômico e filiação partidária converge com as expectativas da literatura que atribui aos recursos um papel central no estímulo à participação política, a relação inversa entre o IFDM e o comparecimento eleitoral, bem como entre o IFDM e o alistamento voluntário de jovens, afasta-se desse padrão esperado e constitui um resultado contraintuitivo.

4.2. Os Componentes do IFDM: Educação, Saúde e Emprego & Renda

O indicador geral (IFDM 2022) é composto por três dimensões: educação, saúde e emprego e renda. Sua análise desagregada permite compreender quais dimensões socioeconômicas específicas exercem maiores efeitos sobre a participação partidário-eleitoral. O Gráfico 6 organiza a relação bivariada entre cada uma das três dimensões do IFDM 2022 e as dimensões da participação político-eleitoral nos municípios brasileiros.

Gráfico 6: Associação dos Componentes do IFDM (Educação, Saúde e Emprego & Renda) com Participação Partidário-Eleitoral



A dimensão de educação exibe uma correlação negativa fraca com a taxa de alistamento jovem e o comparecimento eleitoral, enquanto mantém uma associação positiva fraca com a filiação partidária. Isso indica que municípios com maior cobertura e desempenho na educação infantil e no ensino básico apresentam menor alistamento voluntário de adolescentes e menor presença proporcional nas urnas, mas uma proporção ligeiramente maior de adultos filiados a legendas partidárias.

A dimensão de saúde apresenta um padrão análogo ao da educação: relaciona-se de forma inversamente proporcional, embora fraca, com o alistamento jovem e exibe uma correlação negativa praticamente nula com o comparecimento eleitoral. Em contrapartida, a saúde mantém uma correlação positiva fraca com os registros de filiação partidária.

Por sua vez, o componente de emprego e renda constitui a dimensão socioeconômica de associação mais forte sobre a participação partidário-eleitoral nos municípios. Esse componente registra uma correlação

negativa de intensidade moderada tanto com a taxa de alistamento voluntário de jovens quanto com o comparecimento eleitoral no dia da votação. Por outro lado, mantém a associação positiva fraca com a filiação partidária. Nos municípios caracterizados por maior dinamismo no mercado de trabalho formal e maior geração de renda por habitante, a presença nas urnas e o alistamento adolescente caem, enquanto a adesão formal a legendas partidárias atinge seus patamares mais elevados.

Em conjunto, os resultados revelam um padrão recorrente. Enquanto a associação positiva entre melhores indicadores de educação, saúde, emprego e renda e a filiação partidária é consistente com a literatura que atribui aos recursos um papel central na promoção da participação política, a relação inversa dessas mesmas dimensões com o alistamento voluntário de jovens e o comparecimento eleitoral afasta-se dessas expectativas.

5. Urbanização, porte populacional e rede urbana

Nesta seção, investigam-se as características territoriais e demográficas das cidades brasileiras. A análise examina como a participação partidário-eleitoral se comporta em função de três variáveis fundamentais de organização do espaço nos municípios: i) a taxa de urbanização, ii) o porte populacional em 7 faixas oficiais do IBGE (Censo 2022) e iii) a hierarquia de centralidade urbana (REGIC 2018).

5.1. A Taxa de Urbanização Municipal

Iniciamos a análise da dimensão territorial observando a relação entre a taxa de urbanização (% de moradores vivendo em áreas urbanas) e a participação partidário-eleitoral. Em síntese, os dados demonstram que municípios mais urbanizados possuem menos comparecimento eleitoral, menos alistamento jovem e menos filiação partidária.

O Gráfico 7 organiza os resultados em três painéis de dispersão. O eixo horizontal mede a taxa de urbanização das cidades em porcentagem, e o eixo vertical mede a taxa de participação partidário-eleitoral segundo as três variáveis: comparecimento eleitoral, alistamento jovem e filiação partidária.

Gráfico 7: A influência da urbanização na participação partidário-eleitoral

O primeiro painel mede a associação entre a taxa de urbanização e a proporção do comparecimento eleitoral. A reta possui inclinação para baixo, o que indica uma relação moderada inversamente proporcional entre as variáveis. Esse padrão revela que, nas cidades com maiores taxas de urbanização e densidade populacional, o comparecimento dos cidadãos às urnas diminui sensivelmente no dia da eleição, ao passo que nas localidades predominantemente rurais a mobilização eleitoral de massas é proporcionalmente muito mais elevada.

O segundo gráfico cruza a taxa de urbanização com a taxa de jovens de 16 e 17 anos com título de eleitor. A reta repete a direção para a área inferior do gráfico, exibindo novamente o padrão inversamente proporcional de intensidade moderada. Isso indica que a emissão voluntária do documento eleitoral por parte da juventude atinge seus patamares mais expressivos nos municípios menos urbanizados e no interior do país, perdendo força nas áreas urbanas consolidadas.

O terceiro gráfico do painel relaciona a urbanização do município com a taxa de filiação partidária. A reta aponta para a área inferior, indicando mais

uma vez a existência de uma relação fraca inversamente proporcional entre as variáveis. O resultado indica que a vinculação formal a agremiações partidárias também sofre uma redução nos municípios mais urbanizados, embora essa tendência ocorra de forma mais tênue e suave do que a observada no comparecimento e no alistamento jovem.

5.2. Porte populacional (Censo 2022)

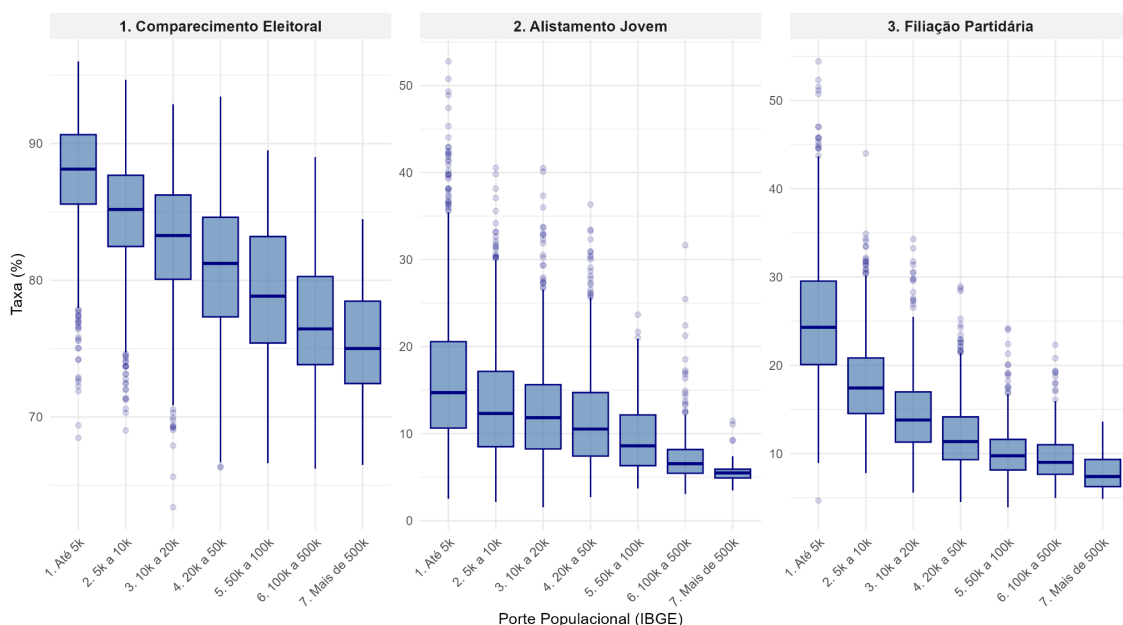
Quando investigada a relação entre o porte populacional das cidades brasileiras, com base nos dados consolidados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE), e a participação partidário-eleitoral, constata-se que municípios com mais habitantes tendem a ter menor comparecimento eleitoral, menos alistamento jovem e menor filiação partidária.

Para analisar essa distribuição, o estudo emprega a tipologia oficial de 7 faixas de porte populacional do IBGE (Censo 2022):

1. Até 5.000 habitantes (1.324 municípios)
2. 5.001 a 10.000 habitantes (1.170 municípios)
3. 10.001 a 20.000 habitantes (1.367 municípios)
4. 20.001 a 50.000 habitantes (1.052 municípios)
5. 50.001 a 100.000 habitantes (338 municípios)
6. 100.001 a 500.000 habitantes (278 municípios)
7. Mais de 500.000 habitantes (41 municípios)

No boxplot (Gráfico 8), a categoria de municípios de menor porte ("1. Até 5k") registra a maior mediana do painel, apresentando índices de engajamento significativamente superiores. A posição da mediana diminui de forma contínua e progressiva nas colunas dos municípios maiores, alcançando os patamares mais baixos na categoria de "7. Mais de 500k habitantes".

Gráfico 8: Participação Partidário-Eleitoral e Porte Populacional



O boxplot, ou diagrama de caixa, é um formato de gráfico estatístico que organiza dados numéricos por meio de *quartis*, divisões matemáticas que separam uma base de informações em quatro partes com o mesmo tamanho. A visualização utiliza retângulos centrais para concentrar a metade principal dos dados, e adota linhas verticais nas extremidades das caixas para demarcar os limites máximos e mínimos da distribuição daquele grupo de dados. No boxplot se inserem pontos isolados fora das linhas para localizar os valores atípicos, os chamados *outliers*, números com extrema distância do padrão verificado.

No Gráfico 8, o eixo horizontal classifica o total de moradores dos municípios nas 7 faixas oficiais do IBGE (Censo 2022) e o eixo vertical à esquerda representa as três variáveis da participação partidário-eleitoral (em porcentagem).

O primeiro gráfico do painel examina a influência do porte populacional sobre a variável comparecimento eleitoral. A distribuição mostra uma relação inversamente proporcional, o que indica que o comparecimento das pessoas aos locais de votação ocorre em maior proporção nas cidades com menor número de habitantes. O traço horizontal no interior de cada caixa indica a

mediana (o valor exato posicionado no meio da lista de dados). As cidades da faixa "1. Até 5 mil" registram a maior mediana do painel, apresentando índice de comparecimento de 88,10%. A posição da mediana diminui progressivamente nas colunas dos municípios maiores: 85,20% (5k a 10 mil), 83,30% (10k a 20 mil), 81,20% (20k a 50 mil), 78,80% (50k a 100 mil), 76,40% (100k a 500 mil) e alcançando a marca mais baixa na categoria "7. Mais de 500 mil habitantes" (75,00%).

O segundo gráfico do painel mede a relação entre o alistamento jovem e o porte populacional e repete a relação inversamente proporcional, indicando que os adolescentes de 16 e 17 anos emitem o título de eleitor de forma voluntária em maior quantidade nos municípios de menor porte populacional. Neste gráfico, o grupo "1. Até 5 mil" exibe a mediana mais alta do quadro, atingindo 14,70%. A marcação sofre redução progressiva nos grupos seguintes: 12,30% (5k a 10 mil), 11,80% (10k a 20 mil), 10,50% (20k a 50 mil), 8,60% (50k a 100 mil), 6,55% (100k a 500 mil) e alcançando a mediana de 5,49% nas cidades com mais de 500.000 habitantes.

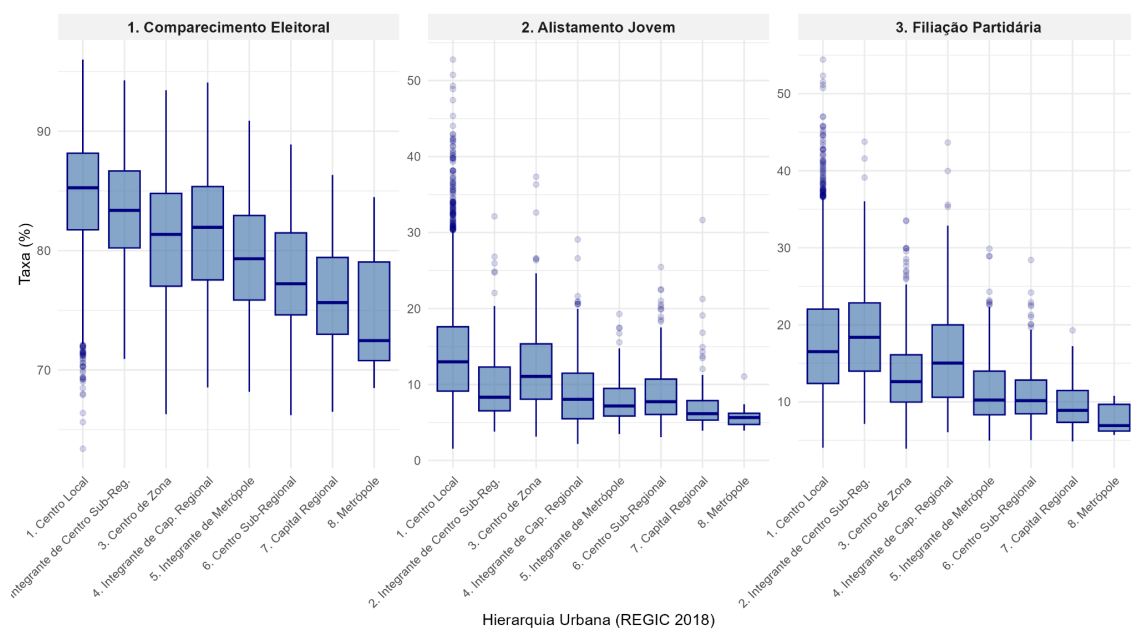
O terceiro gráfico mede a relação entre as taxas de filiação partidária e o porte populacional do município e a representação visual do boxplot constata a manutenção da relação inversamente proporcional: a inscrição formal dos cidadãos em legendas partidárias atinge proporções superiores nos municípios com número menor de residentes. O agrupamento "1. Até 5 mil" atinge a maior mediana do painel, com 24,30% de filiados. As caixas posicionam-se em níveis inferiores nos blocos com populações maiores: 17,40% (5k a 10 mil), 13,80% (10k a 20 mil), 11,40% (20k a 50 mil), 9,75% (50k a 100 mil), 9,01% (100k a 500 mil) e registrando mediana de apenas 7,40% no grupo de cidades com mais de 500.000 habitantes.

5.3. A Hierarquia e Centralidade Urbana (REGIC 2018)

Além da proporção de população urbana e do porte populacional, a inserção dos municípios na rede de cidades do IBGE (estudo REGIC 2018) constitui um indicador fundamental de centralidade territorial e influência

regional. O estudo REGIC classifica a rede urbana brasileira a partir das cidades que exercem papel de pólo principal nas regiões. Para capturar detalhadamente esse fenômeno, a nossa análise considerou 8 categorias, separando os 5 níveis hierárquicos principais (Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais) e diferenciando os municípios que não são pólos principais, mas funcionam como cidades vizinhas integrantes de arranjos populacionais polarizados (Integrante de Centro Sub-Regional; Integrante de Capital Regional; Integrante de Metrópole).

Gráfico 9: Participação Partidário-Eleitoral por Hierarquia Urbana (REGIC 2018)



A distribuição revela um padrão de redução contínua do engajamento político à medida que os municípios sobem na hierarquia de centralidade urbana. As cidades classificadas como Metrôpoles apresentam o menor nível geral de engajamento do país, com taxa mediana de comparecimento eleitoral de 72,50%, filiação partidária de apenas 6,92% e alistamento voluntário de jovens de 5,64%. Logo em seguida, os centros urbanos classificados como Capitais Regionais registram comparecimento mediano de 75,60%, filiação de 8,89% e alistamento jovem de 6,15%, enquanto as cidades caracterizadas

como Centros Sub-Regionais alcançam mediana de comparecimento de 77,20%, filiação de 10,20% e alistamento de 7,73%).

Nos níveis intermediários e de menor centralidade da rede urbana, a mobilização política ganha intensidade. As cidades que funcionam como Centros de Zona registram mediana de comparecimento de 81,40%, filiação de 12,60% e alistamento jovem de 11,10%. Por fim, a categoria de base da hierarquia urbana, composta pelas cidades classificadas como Centros Locais (municípios sem centralidade regional expressiva), apresenta o patamar mais elevado de participação partidário-eleitoral de todo o território nacional, atingindo um comparecimento mediano de 85,30%, filiação partidária de 16,50% e alistamento não obrigatório da juventude de 13,00%. O padrão geral permanece, embora não seja inteiramente linear como no caso da taxa de urbanização e do porte populacional nas 7 faixas oficiais do IBGE.

6. Cargas fatorias no engajamento político municipal

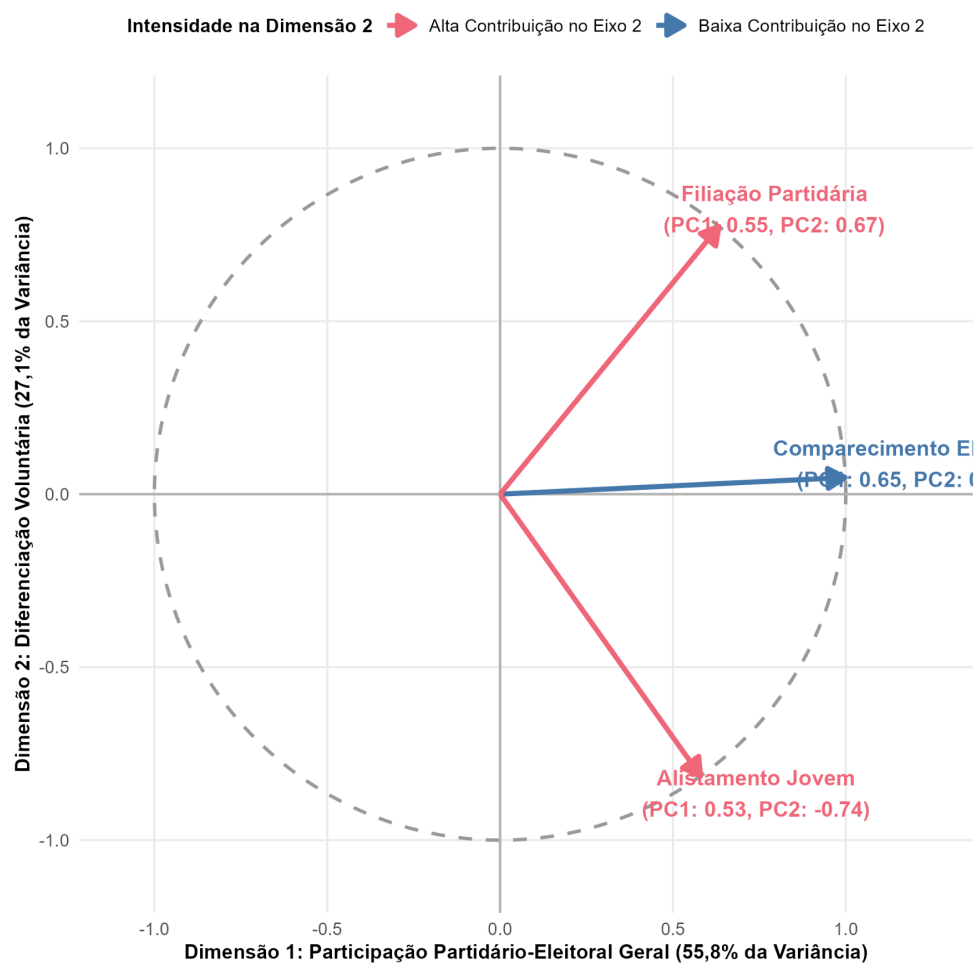
Já mostramos que as três variáveis que compõem o índice de participação partidário-eleitoral encontram-se correlacionadas, seja em grau moderado ou fraco (Seção 3, Gráfico 4 - Matriz de Correlação). Contudo, para entender qual variável é mais importante e como se comportam as três variáveis juntas, é preciso realizar uma análise distinta, mensurando a carga fatorial. O Gráfico 9 de cargas fatorias permite visualizar esse comportamento. Os resultados estatísticos revelam duas dinâmicas muito claras e distintas sobre a forma como ocorre a participação partidário-eleitoral nos municípios.

1. O que une as cidades (dimensão 1): a primeira e mais importante descoberta é que a participação partidário-eleitoral funciona como uma espécie de 'dinâmica comum' nos municípios. Nas cidades onde a taxa de votantes no dia da eleição é alta, a taxa de filiação a partidos e a quantidade de jovens que tiram o título de eleitor voluntariamente também tendem a ser elevadas. Essas três formas de participação caminham juntas na mesma direção de crescimento na grande maioria dos municípios. Esse comportamento conjunto responde por mais da metade (55,83%) de todas as diferenças de engajamento que observamos entre as cidades do país[4].

2. O que diferencia as cidades (dimensão 2): no entanto, quando deixamos de lado essa tendência geral e olhamos para o que torna as cidades diferentes umas das outras, descobrimos uma segunda dinâmica. A filiação partidária e a mobilização de jovens eleitores seguem caminhos opostos e independentes. Existem municípios onde o engajamento partidário de adultos é elevado, mas o interesse dos jovens em tirar o título é baixíssimo. Em contrapartida, há municípios com uma juventude significativamente mobilizada para votar, mas com taxas muito tímidas de adultos filiados a partidos. O comparecimento às urnas no dia da eleição não ajuda a explicar essa divisão de perfis, pois o voto é obrigatório e sua distribuição é muito homogênea pelo país. Em resumo: enquanto votar é um hábito amplamente disseminado nas

idades, filiar-se a um partido e mobilizar os jovens são duas escolhas voluntárias distintas que respondem a realidades locais diferentes e que nem sempre andam juntas [5].

Gráfico 9: Cargas Fatoriais na Participação Partidário-Eleitoral



Elaboração: OPar com base nos dados do TSE (2024).

A representação visual deste gráfico (chamado cientificamente de Círculo de Correlações da PCA) funciona de maneira bastante intuitiva. As setas funcionam como agulhas de uma “bússola da participação”. A direção para onde cada seta aponta indica como as variáveis se associam. Setas que apontam para o mesmo lado (como para a direita) mostram que as variáveis caminham juntas; setas que apontam para direções opostas revelam que elas se comportam de forma contrária. O comprimento de cada seta indica a força

da variável no modelo: quanto mais longa a seta, mais representativo é aquele indicador para explicar o comportamento das cidades.

No caso do Gráfico 9, o comprimento e a inclinação de cada seta informam o peso matemático e o sentido de cada variável (filiação partidária, comparecimento eleitoral e alistamento jovem) no cálculo total. A imagem utiliza uma escala contínua de cor sob o nome de “contribuição”, uma régua visual para registrar a intensidade da influência da variável na formação dos eixos. A escala tem início na cor azul clara para registrar a marca de 30 (limite inferior) pontos e termina na cor laranja, para registrar a marca de 36 pontos (limite superior).

A linha horizontal é a Dimensão 1. O eixo abriga 55,83% da variação total, a medida estatística que calcula a proporção do espalhamento geral dos números recolhidos que é explicada por essa linha. A Dimensão 1 representa o que chamamos de tendência central e unificada, o resultado matemático que extrai o comportamento principal compartilhado por todos os dados analisados e projeta os números para um sentido numérico comum. As setas do comparecimento eleitoral, da taxa de filiação partidária e da taxa de alistamento jovem apontam para o lado direito da linha horizontal. O posicionamento das retas na área direita do círculo configura um valor positivo, um registro numérico maior que zero que comprova a direção de crescimento da variável no eixo avaliado.

A linha vertical é a Dimensão 2. O eixo retém 27,09% da variação residual. A Dimensão 2 mensura o comportamento secundário dos dados, ou seja, o padrão de ocorrência dos números que resta na tabela de informações depois que a fórmula matemática retira o efeito principal concentrado na Dimensão 1. O eixo vertical afere as diferenças estatísticas de ocorrência entre as categorias após a extração do comportamento principal contido na Dimensão 1.

A avaliação visual da Dimensão 2 relata a ocorrência de divergência nas ações dos eleitores. A seta da filiação apresenta cor laranja e aponta para o quadrante superior direito (com valor positivo na Dimensão 2). A seta da taxa

de alistamento exibe cor laranja e aponta para o quadrante inferior direito (com valor negativo, ou numeração menor que zero, na Dimensão 2). A seta do comparecimento eleitoral adota cor azul clara e repousa sobre a linha exata do eixo horizontal (com valor nulo no eixo vertical). Matematicamente, isso nos informa que a filiação partidária e o alistamento jovem exibem dinâmicas locais divergentes quando a equação exclui o efeito padronizado do volume geral de participação no município. A coloração laranja sinaliza a alta força dessas duas atitudes na formação de desigualdades de ocorrência no território brasileiro. A cor azul do vetor de comparecimento ratifica que a presença nos locais de votação produz impacto baixo no cálculo de diferenciação comportamental das cidades.

7. A geografia da participação e a desigualdade (análise espacial)

Como se distribui a participação partidário-eleitoral na geografia do país? E como os fatores econômicos, demográficos, de qualidade de vida e de urbanização afetam essa distribuição territorial? A resposta requer mapas que permitam visualizar a relação entre essas variáveis em todos os municípios do Brasil. Nesta seção apresentamos uma série de mapas que expressam a distribuição territorial da participação partidário-eleitoral cruzada com quatro indicadores municipais: i) IFDM 2022 Geral (Desenvolvimento Municipal); ii) Tamanho Populacional; iii) IFDM Emprego & Renda; iv) Urbanização.

A projeção espacial da participação político-eleitoral, realizada mapeando-se a primeira dimensão do PCA, revelou padrões territoriais claros, na maioria das vezes diferenciando as regiões Norte e Nordeste das regiões Sul e Sudeste, com o Centro-Oeste apresentando um comportamento misto. De modo sintético, essa “geografia da participação” demonstra que a participação partidário-eleitoral no Brasil é liderada pelos moradores de cidades pequenas, do interior e de regiões menos favorecidas socioeconomicamente (com destaque para o Nordeste e o norte de Minas Gerais), enquanto os grandes centros urbanos e as áreas mais ricas e desenvolvidas (Sul, São Paulo e Centro-Oeste) apresentam menor envolvimento político geral nas urnas e nas siglas.

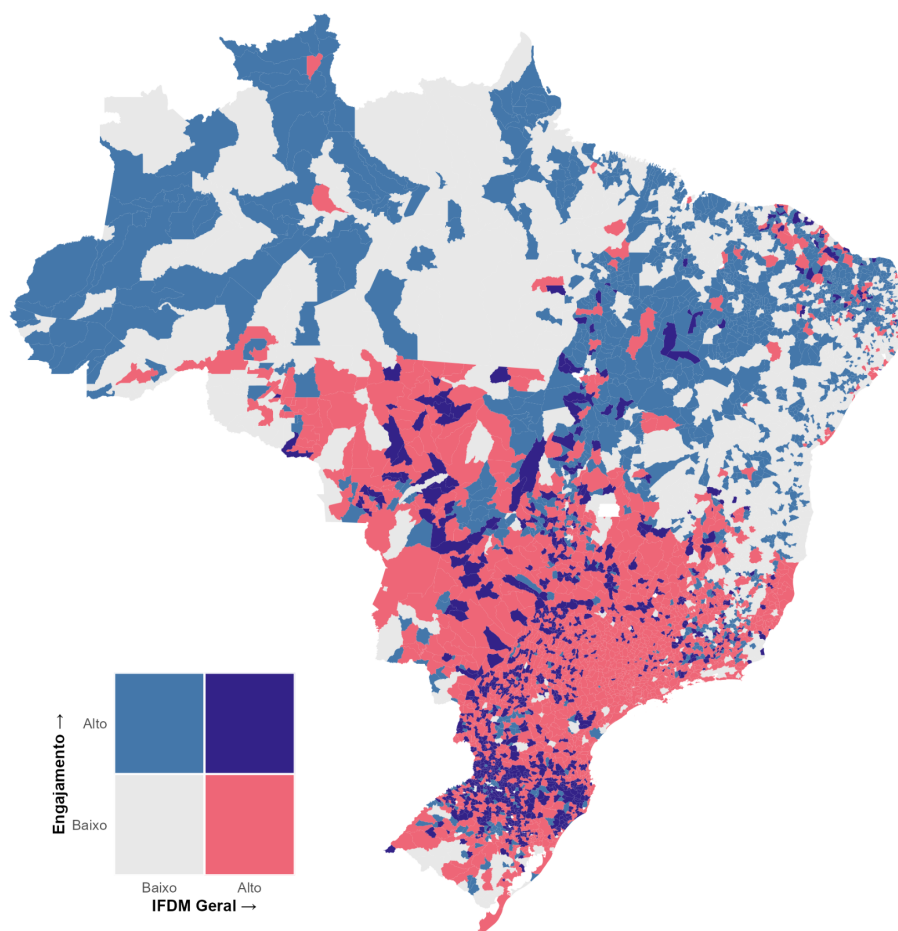
Esse padrão espacial reflete como as correlações de direções opostas das variáveis socioeconômicas examinadas nas seções 4 e 5 são resolvidas no cálculo do índice. Embora a filiação partidária cresça nos locais mais ricos e desenvolvidos (relação direta), o comparecimento às urnas e o alistamento de jovens são significativamente maiores nas regiões mais vulneráveis (relação inversa). Como o comparecimento e o alistamento jovem somam, juntos, quase 70% do peso do índice geral definido pela PCA, o comportamento de alta mobilização dessas duas frentes em áreas menos abastadas acaba dominando o índice. A filiação partidária, por sua vez, atua como um fator moderador,

evitando que o índice meça apenas o “voto do interior”, equilibrando o indicador com uma dimensão de engajamento partidário que é mais forte nos grandes centros e municípios mais desenvolvidos.

7.1. Mapa da Participação Partidário-Eleitoral e IFDM Geral

O Mapa 1, que cruza o índice de participação partidário-eleitoral e o IFDM geral, evidencia o contraste territorial na relação entre desenvolvimento social e participação política no país.

Mapa 1: Geografia da Desigualdade e Participação Partidário-Eleitoral (IFDM 2022 Geral)



Elaboração: Opar com base nos dados do TSE (2024) e IFDM 2022 (FIRJAN).

As regiões Nordeste e Norte concentram a maior proporção nacional de municípios caracterizados por baixos indicadores socioeconômicos no IFDM Geral associados a uma elevada participação partidário-eleitoral. No Nordeste, essa combinação de baixo desenvolvimento e alto engajamento predomina em 54,6% das cidades (somando 980 municípios), acompanhada por um bloco de 37,4% dos municípios (671 cidades) onde o baixo IFDM se junta a um menor nível de engajamento. Na Região Norte, observa-se um padrão análogo: 55,6% dos municípios (250 cidades, localizadas no interior do Pará, Amazonas e Acre) registram baixo IFDM acompanhado de alta participação, enquanto 31,1% (140 cidades) apresentam uma combinação de baixo desenvolvimento social com participação também reduzida (cobrindo áreas isoladas da calha amazônica).

Em contrapartida, a Região Sudeste (especialmente os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) apresenta a maior concentração nacional de municípios com elevado IFDM Geral e menor engajamento eleitoral (abrangendo 55,4% das cidades do Sudeste, ou 924 municípios). Adicionalmente, a porção norte e o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais destacam-se como um enclave regional no Sudeste onde o baixo IFDM Geral coincide com baixa mobilização (239 municípios) e com alta mobilização (168 municípios).

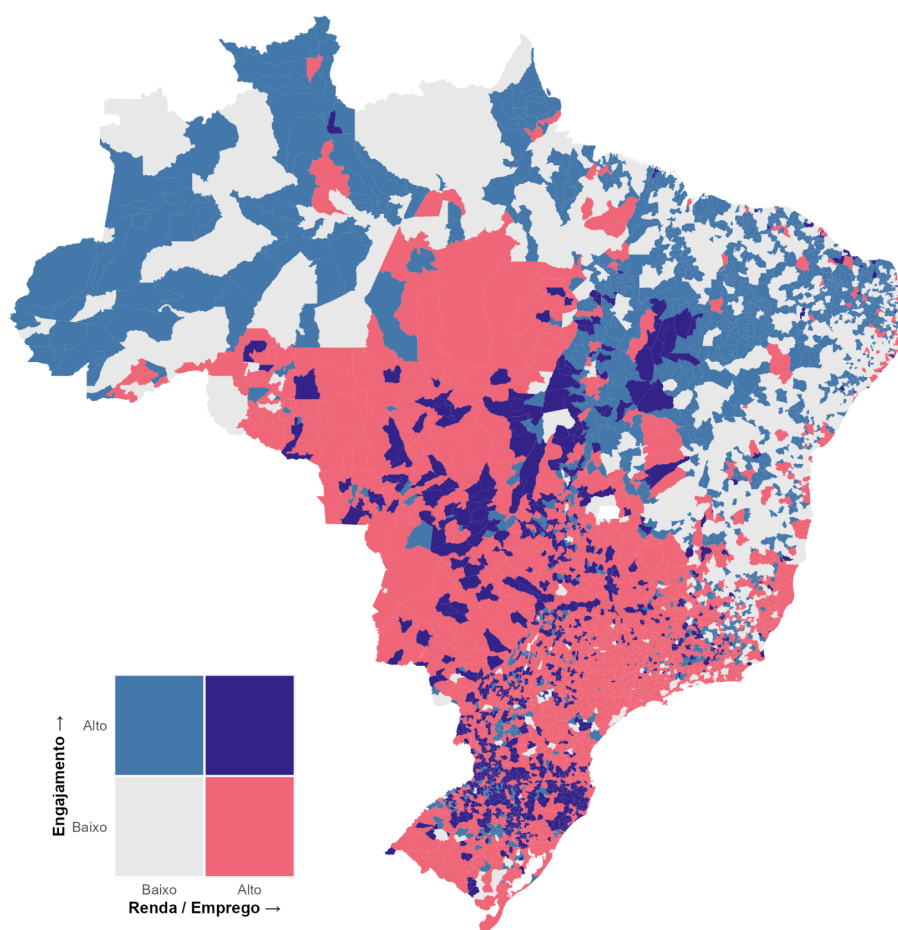
A Região Sul destaca-se por uma distribuição geográfica onde a maioria de seus municípios combina um elevado desempenho no IFDM Geral com um patamar alto de participação partidário-eleitoral (cobrindo 50,8% das cidades do Sul, ou 605 municípios, concentrados no interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina). Outros 35,0% dos municípios sulistas (417 cidades) reúnem alto IFDM e menor engajamento.

Por fim, a Região Centro-Oeste exibe uma distribuição intermediária e heterogênea: 36,1% dos seus municípios (169 cidades, principalmente no sul de Goiás e Mato Grosso do Sul) enquadram-se em alto IFDM e menor engajamento, 26,9% (126 cidades) atingem o quadrante de alto IFDM e alta

participação, enquanto 26,1% (122 cidades, no norte de Goiás e Mato Grosso) enquadram-se em baixo IFDM e alta participação.

7.2. Mapa da Participação Partidário-Eleitoral e IFDM Emprego & Renda

O Mapa 2 examina especificamente os efeitos do componente de Emprego & Renda do IFDM 2022 na participação partidário-eleitoral nos municípios. Como a dimensão econômica é o componente do desenvolvimento municipal que exerce a pressão mais severa na redução do alistamento de jovens e do comparecimento eleitoral (conforme verificado na seção 4.2), a projeção espacial do emprego e renda acentua e torna mais nítida a divisão regional da participação partidário-eleitoral no país.

Mapa 2: IFDM Emprego & Renda e Participação Partidário-Eleitoral

Elaboração: Opar com base nos dados do TSE (2024) e IFDM 2022 (FIRJAN).

As regiões Nordeste e Norte agrupam a maior concentração de municípios caracterizados por menor pujança no mercado formal de trabalho e menor renda por habitante, mas que registram elevada mobilização eleitoral e partidária. No Nordeste, essa combinação abrange 54,7% dos municípios (totalizando 982 cidades, com forte expressão nos estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba e Pernambuco), ao lado de 36,8% dos municípios (661 cidades) que reúnem baixo emprego/renda e menor engajamento. Na Região Norte, 52,0% das localidades (234 cidades no interior do Pará, Amazonas, Acre

e Amapá) registram baixo emprego/renda com alta participação, enquanto 21,1% (95 cidades) exibem baixo dinamismo econômico e menor participação.

Em contraste, a Região Sudeste destaca-se como o maior polo nacional de elevado dinamismo no mercado de trabalho formal associado a menores taxas de participação partidário-eleitoral. Essa categoria abrange 53,4% dos municípios do Sudeste (reunindo 891 cidades, com especial densidade no estado de São Paulo, onde 435 municípios enquadram-se nesse perfil, e no centro-sul de Minas Gerais, com 374 cidades). Apenas a faixa norte mineira (260 cidades, ou 15,6% do Sudeste) rompe esse padrão, integrando o bloco de baixo emprego/renda e alta mobilização.

A Região Sul volta a exibir um comportamento distinto: 48,9% dos seus municípios (582 cidades, fortemente presentes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina) combinam alta geração de emprego e renda com elevados índices de participação partidário-eleitoral, enquanto 36,2% (431 cidades, concentradas no Paraná) reúnem alto dinamismo econômico e menor engajamento.

Na Região Centro-Oeste, o componente Emprego & Renda divide o território entre municípios com alto dinamismo econômico e menor engajamento (42,1%, ou 197 cidades em áreas de forte expansão do agronegócio no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e municípios combinando alto emprego/renda com alta participação partidário-eleitoral (36,3%, ou 170 cidades, principalmente no estado de Goiás).

7.3. Mapa da Participação Partidário-Eleitoral e Porte Populacional dos Municípios

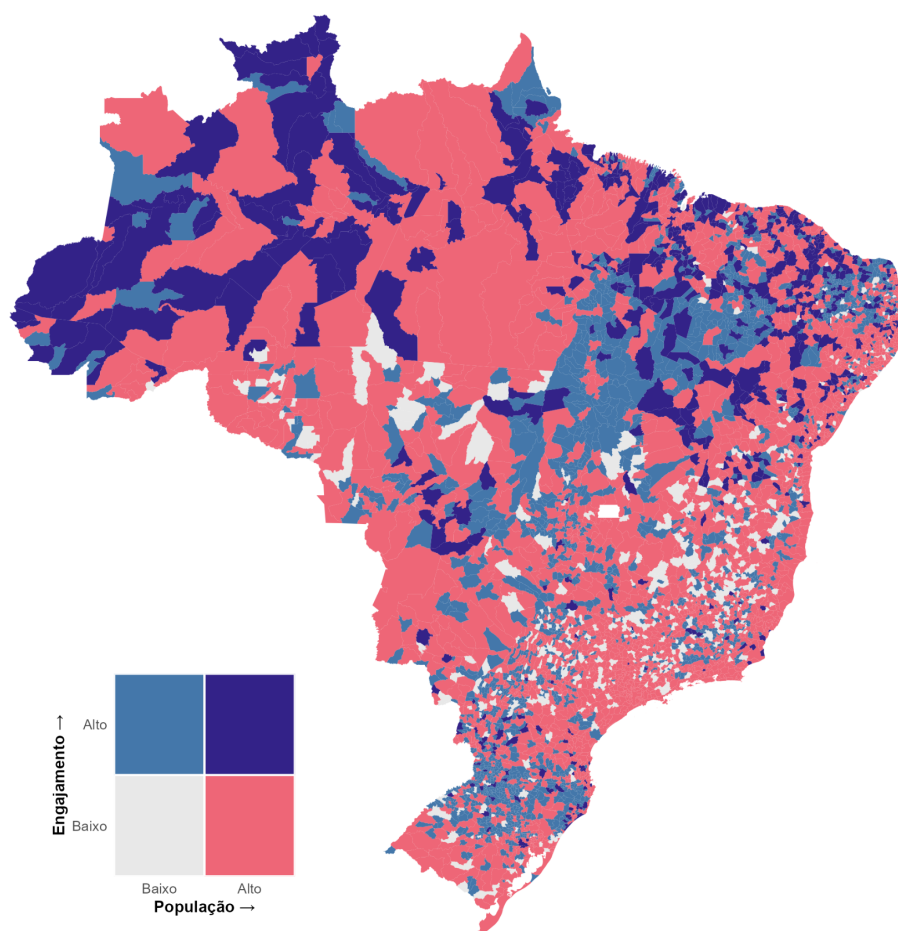
O Mapa 3 cruza o tamanho da população dos municípios (Censo Demográfico 2022) com o índice de participação partidário-eleitoral (IPar). Para evitar distorções decorrentes da extrema assimetria populacional nos municípios do país (em que a mediana situa-se em 11.065 habitantes), adotou-se o ponto de corte de 50.000 habitantes. Esse limiar separa os municípios de pequeno e médio-pequeno porte (≤ 50.000 habitantes, que

correspondem a 88,2% de todas as cidades brasileiras, ou 4.912 municípios) dos centros urbanos consolidados de médio-grande e grande porte (>50.000 habitantes, englobando 11,8% dos municípios, ou 656 cidades).

A aplicação desse corte de 50.000 habitantes revela um resultado estatístico contundente sobre a estrutura da participação partidário-eleitoral no Brasil: praticamente a totalidade dos centros de médio-grande e grande porte do país exibe baixos níveis de participação. Do conjunto de 656 municípios com mais de 50.000 habitantes, 96,3% (632 cidades) posicionam-se abaixo da mediana do índice IPar. Em contrapartida, apenas 24 cidades em todo o território nacional (0,43% do total do país) conseguem combinar população superior a 50.000 habitantes com alta participação partidário-eleitoral, constituindo raras exceções interioranas concentradas no Nordeste e Norte.

A análise geográfica regional expõe a distribuição territorial dessa dinâmica demográfica.

Mapa 3: Tamanho Populacional e Participação Partidário-Eleitoral (Censo 2022)



Elaboração: Opar com base nos dados do Censo 2022 (IBGE) e TSE (2024).

Na Região Sul, a participação partidário-eleitoral nas cidades pequenas é notável: 61,0% dos seus municípios (727 cidades no interior do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) enquadram-se em população de até 50.000 habitantes com alto engajamento. Outros 29,7% (354 cidades) apresentam pequeno/médio porte e menor participação. Já a totalidade dos 110 municípios sulistas com população superior a 50.000 habitantes (9,2% do Sul, englobando Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Joinville, Londrina, Caxias do Sul e Maringá) posiciona-se estritamente no quadrante de baixa participação

partidário-eleitoral, não existindo nenhum município acima de 50.000 habitantes com alto engajamento no Sul (0,0%).

Na Região Norte, 60,0% dos municípios (270 cidades no interior do Amazonas, Pará, Acre e Rondônia) registram população de até 50.000 habitantes com elevado engajamento partidário-eleitoral (a maior proporção regional do país). Outros 24,2% (109 cidades) apresentam pequeno porte e menor engajamento. As cidades de grande porte (14,2%, ou 64 municípios, incluindo as capitais Manaus, Belém, Porto Velho, Macapá e grandes polos como Santarém e Ananindeua) posicionam-se no quadrante de menor participação. Apenas 7 municípios do Norte com mais de 50.000 habitantes conseguem sustentar alta mobilização (1,6%): destacando-se os estados de Pará e Amapá – Cametá/PA (43,30 pontos), Santana/AP (41,60 pontos), Canaã dos Carajás/PA (46,40 pontos) e Juruti/PA (47,80 pontos)

Na Região Nordeste, a população de pequeno e médio-pequeno porte (≤ 50.000 hab.) responde por 56,5% das cidades com alta participação (somando 1.013 municípios, com marcante presença no Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) e 33,7% com menor mobilização (605 cidades). As cidades maiores que 50.000 habitantes (8,8%, ou 158 municípios, cobrindo capitais e polos litorâneos como Salvador, Recife, Fortaleza, Natal e Maceió) concentram-se no quadrante de menor participação. Apenas 17 municípios nordestinos (1,0%) conseguem manter alta participação com mais de 50.000 residentes, destacando-se pólos regionais como Juazeiro do Norte/CE (com 50,30 pontos), Itapipoca/CE (com 51,30 pontos), Paudalho/PE (com 43,10 pontos) e Goiana/PE (com 41,60 pontos).

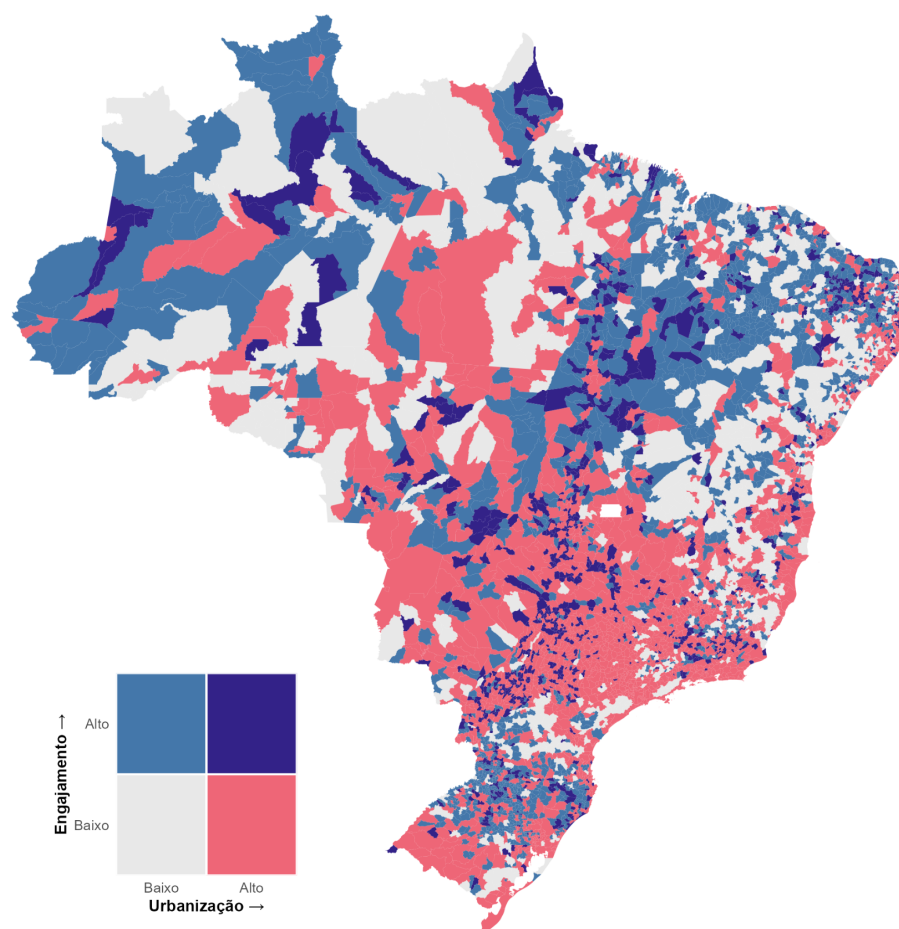
Na Região Centro-Oeste, 53,2% dos municípios (248 cidades) apresentam pequeno porte e alta participação, enquanto 37,6% (175 cidades) enquadram-se em pequeno porte e menor engajamento. Todas as 43 cidades do Centro-Oeste com mais de 50.000 habitantes (9,2%, englobando Brasília, Goiânia, Cuiabá, Campo Grande, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Rondonópolis e Dourados) exibem menor engajamento, não registrando municípios com mais de 50.000 habitantes na faixa de alta mobilização (0,0%).

Na Região Sudeste, sobressai a maior concentração nacional de grandes e médios centros urbanos com reduzido engajamento político. O Sudeste abriga 257 municípios com mais de 50.000 habitantes e menor participação (15,4% das cidades da região, abrangendo metrópoles e grandes polos como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Niterói, Juiz de Fora e Ribeirão Preto). Adicionalmente, 54,5% das cidades do Sudeste (909 municípios, liderados por 469 em Minas Gerais e 344 em São Paulo) em população de até 50.000 hab. e menor mobilização, enquanto 30,1% (502 cidades no interior mineiro e paulista) registram pequeno porte e alta mobilização. A exemplo do Sul e Centro-Oeste, nenhum município do Sudeste com mais de 50.000 habitantes atinge a categoria de alta participação partidário-eleitoral (0,0%).

7.4. Mapa da Participação Partidário-Eleitoral e Urbanização

O Mapa 4 ilustra a relação entre o índice de participação partidário-eleitoral e a taxa de urbanização (Censo 2022). Ele demonstra como a concentração de moradores em áreas urbanas consolidadas associa-se a um menor envolvimento com as urnas e com as agremiações partidárias.

Mapa 4: Urbanização e Participação Partidário-Eleitoral



Elaboração: Opar com base nos dados do Censo 2022 (IBGE) e TSE (2024).

A distribuição espacial expõe clivagens territoriais muito bem delimitadas: Nas regiões Nordeste, Norte e Sul, a baixa concentração urbana associa-se de forma consistente a altos níveis de participação partidário-eleitoral. No Nordeste, 43,8% dos municípios (785 cidades, com destaque para o interior rural do Piauí, Maranhão, Bahia e Ceará) enquadram-se no quadrante de baixa urbanização e alta participação, acompanhados por 24,9% (447 cidades) de baixa urbanização e menor engajamento. Na Região Sul, 44,9% dos municípios (535 cidades rurais do interior gaúcho e catarinense) registram baixa urbanização acompanhada de

alta mobilização, enquanto 30,6% (365 cidades urbanizadas) enquadram-se em alta urbanização e menor participação). Na Região Norte, 42,4% das localidades (191 cidades) registram baixa urbanização acompanhada de alta mobilização, ao passo que 22,9% (103 cidades) reúnem baixa urbanização e menor participação.

Por outro lado, a Região Sudeste sobressai como a área de mais elevada taxa de urbanização e menor engajamento político-eleitoral. Mais da metade dos municípios do Sudeste (53,3%, ou 889 cidades, lideradas por 431 municípios em São Paulo e 352 em Minas Gerais) enquadra-se em alta urbanização e menor participação. Outros 18,5% das cidades do Sudeste (308 municípios, principalmente no interior mineiro) são de alta urbanização e alta participação.

Na Região Centro-Oeste, a urbanização é elevada e distribui-se entre municípios com menor engajamento (38,2%, ou 178 cidades, em áreas urbanizadas do agronegócio) e municípios com alta participação partidário-eleitoral (28,8%, ou 134 cidades).

8. Preditores do engajamento e o efeito dos estados (UF)

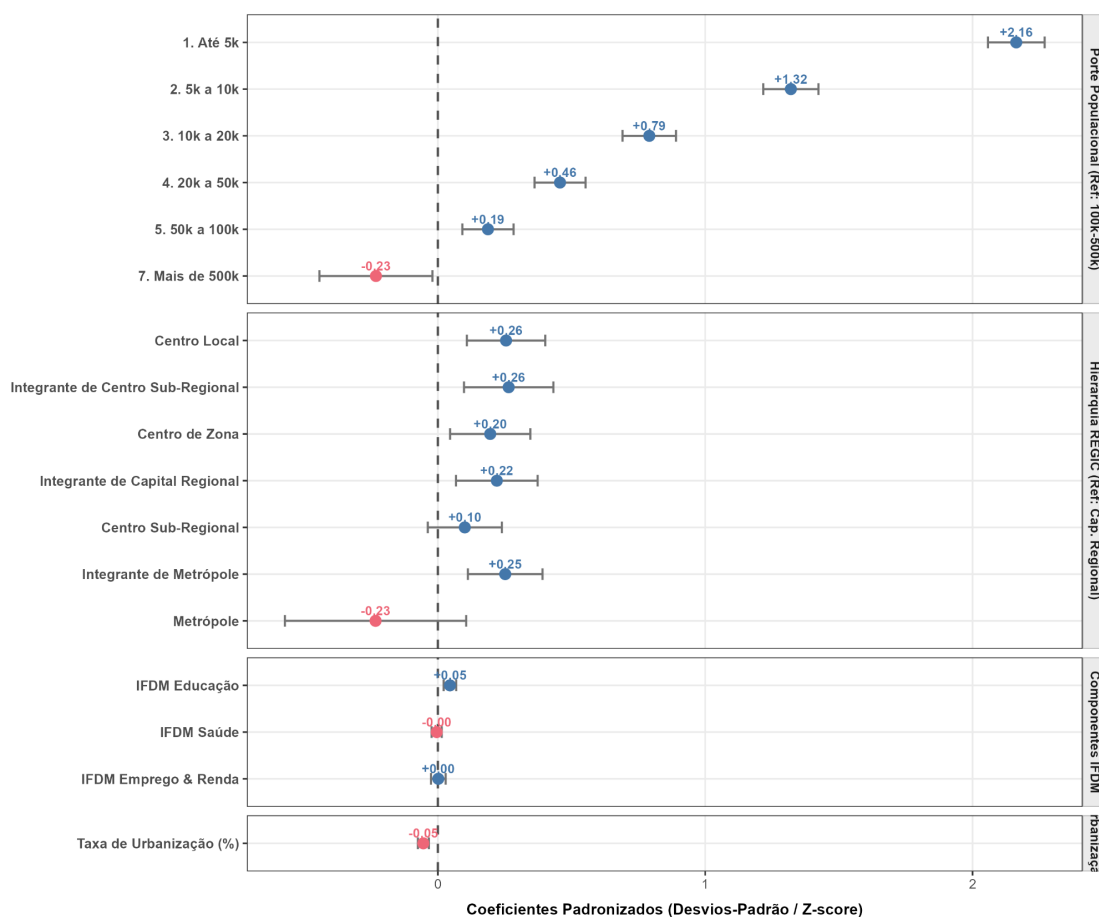
Para além das análises espaciais bivariadas e descritivas do IPar, esta seção avalia o efeito isolado e simultâneo das variáveis demográficas, territoriais e socioeconômicas sobre a participação partidário-eleitoral nos municípios brasileiros. Para tanto, utilizamos o Modelo Linear de Efeitos Mistos (Multinível / LMER), uma abordagem estatística que incorpora formalmente a estrutura hierárquica na qual os 5.571 municípios encontram-se aninhados nas 27 Unidades Federativas (UF) do país. O modelo multinível completo apresenta um elevado poder preditivo global, alcançando uma variância explicada total de 73,09% na participação partidário-eleitoral entre os municípios brasileiros (somando a capacidade preditiva das variáveis demográficas e socioeconômicas do nível municipal com os interceptos aleatórios do nível estadual).

8.1. Efeitos Fixos: Preditores do Engajamento

O Gráfico 11 ilustra a estimativa dos efeitos fixos padronizados obtidos no modelo de regressão multinível decomposto. Por razões metodológicas de apresentação gráfica, os coeficientes no gráfico estão expressos em desvios-padrão (z-score), permitindo comparar diretamente o peso relativo de variáveis medidas em escalas distintas (como população, % de urbanização e índices de 0 a 1). A estrutura visual posiciona as variáveis preditoras no eixo vertical esquerdo e mede no eixo horizontal a magnitude e o sentido da associação sobre o engajamento. A linha vertical contínua demarcada no valor zero indica a ausência de efeito. Os pontos centrais indicam as estimativas pontuais e as barras horizontais representam os intervalos de confiança estatísticos. Na descrição a seguir, detalham-se os coeficientes não-padronizados em pontos brutos da escala de 0 a 100 do Índice IPar, facilitando a interpretação prática dos impactos reais. Na especificação do modelo, adotou-se a categoria de municípios de médio-grande porte (Porte

IBGE 6: 100.001 a 500.000 habitantes) como o grupo de referência para a comparação das faixas populacionais.

Gráfico 11: Efeitos Fixos – Preditores do Engajamento em Modelo Multinível (Censo 2022)



Elaboração: OPar com base nos dados do Censo 2022 (IBGE), REGIC 2018 (IBGE), IFDM 2022 (FIRJAN) e TSE (2024).

Os resultados estatísticos dos efeitos fixos do modelo multinível revelam padrões nítidos de associação. O porte populacional do município firma-se como o preditor estatístico de maior magnitude e impacto positivo sobre a participação partidário-eleitoral. Em comparação com a categoria de referência de cidades de 100k a 500k habitantes, os municípios da faixa de Porte 1 (Até 5.000 habitantes) registram um acréscimo estimado de +32,15 pontos na pontuação do índice. À medida que o contingente populacional das cidades aumenta, a magnitude do efeito positivo reduz-se de forma progressiva e contínua: os municípios de Porte 2 (5.001 a 10.000 hab.) registram incremento

de +19,60 pontos, os de Porte 3 (10.001 a 20.000 hab.) somam +11,74 pontos, os de Porte 4 (20.001 a 50.000 hab.) acrescentam +6,79 pontos e os de Porte 5 (50.001 a 100.000 hab.) mantêm um ganho modesto de +2,80 pontos. Por sua vez, no pólo oposto das metrópoles e grandes centros com mais de 500.000 habitantes (Porte 7), o efeito populacional torna-se significativamente negativo, registrando uma redução estimada de -3.46 pontos no engajamento político.

A taxa de urbanização do município exerce um efeito negativo estatisticamente significativo de intensidade constante sobre o engajamento partidário-eleitoral. Cada aumento de 1 ponto percentual na proporção de residentes em áreas urbanas reduz a pontuação do Índice IPar em -0,04 ponto. Esse resultado confirma que, controlado o porte da cidade, o adensamento urbano atua no sentido de reduzir a presença nas urnas e a vinculação partidária.

A análise decomposta dos componentes do IFDM 2022 demonstra um quadro complexo e contra-intuitivo quando controlamos as diferenças estaduais. Ao contrário do padrão puramente econômico que poderia sugerir efeitos negativos gerais, a dimensão de IFDM Educação exibe uma associação positiva e estatisticamente significativa com o nível de participação partidário-eleitoral. Cidades com melhores indicadores educacionais dentro de seus estados apresentam um acréscimo estimado de +4,65 pontos na pontuação do engajamento municipal. Em contrapartida, as demais dimensões socioeconômicas perdem significância estatística neste nível de controle. A dimensão de IFDM Saúde registou um impacto nulo de -0,75, enquanto a dimensão de IFDM Emprego & Renda apresenta um efeito estatisticamente não significativo de -0.09 pontos na participação geral.

Por fim, a inclusão dos níveis de centralidade e hierarquia urbana do estudo REGIC 2018 permite avaliar se a posição de um município na rede de cidades altera seu nível de participação partidário-eleitoral, tomando a categoria de Capitais Regionais como grupo de referência. Os resultados indicam que os Centros Locais apresentam um acréscimo positivo de +3,22

pontos em relação às Capitais Regionais. As Metrôpoles registram uma associação negativa estimada em -2,62 pontos, embora estatisticamente não significativa.

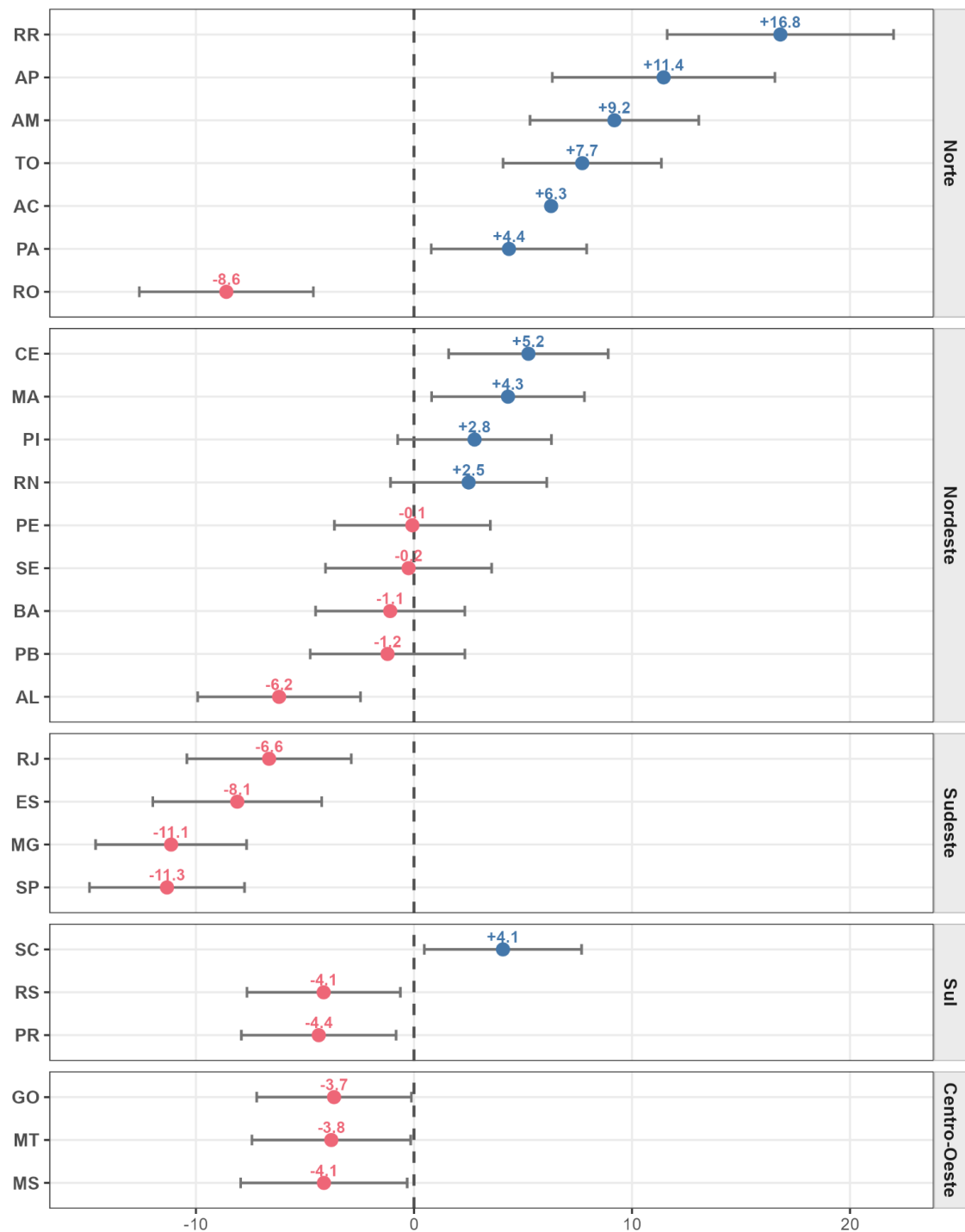
A conclusão substantiva é que a hierarquia urbana desempenha um papel secundário: o efeito desmobilizador dos grandes centros urbanos já é absorvido pelo porte populacional do IBGE e pela taxa de urbanização. Assim, a inserção do município na rede urbana regional não anula o peso da escala demográfica local, confirmando que a condição de pequena cidade capilar permanece como a força estrutural primária impulsionadora da participação partidário-eleitoral no país.

8.2. Efeito do Estado (UF) na Participação Partidário-Eleitoral por Região

Para além dos fatores no nível municipal, o modelo multinível estima um valor próprio para cada Unidade Federativa (os chamados interceptos aleatórios). Esse valor indica o quanto cada estado tende a apresentar participação partidário-eleitoral acima ou abaixo da média nacional, depois de descontada a influência das características dos municípios. Em outras palavras, ele isola aquilo que é próprio do contexto estadual (como culturas políticas regionais, dinâmicas de competição partidária ou estruturas institucionais locais) e permite avaliar em que medida esse contexto, por si só, está associado à maior ou menor participação partidário-eleitoral.

O gráfico 12 ilustra as estimativas dos desvios estaduais em relação à média nacional de referência (isto é, o quanto cada estado se distancia, para cima ou para baixo, da média nacional estimada pelo modelo), pelas cinco grandes regiões do Brasil. A linha vertical tracejada disposta no valor zero sinaliza o patamar de neutralidade (a média). Os pontos azuis dispostos à direita indicam estados cuja associação eleva a participação partidário-eleitoral para níveis superiores ao padrão do país; os pontos vermelhos posicionados à esquerda assinalam estados com efeito base desmobilizador, empurrando o engajamento municipal para patamares inferiores à média brasileira.

Gráfico 12: Associação entre Estado (UF) na Participação Partidário-Eleitoral por Região



Diferença em relação à média nacional (em Pontos do Índice)

Elaboração: Opar com base nos dados do Censo 2022 (IBGE), REGIC 2018 (IBGE), IFDM 2022 (FIRJAN) e TSE (2024).

A análise da distribuição geográfica dos interceptos estaduais expõe disparidades regionais no Brasil. A Região Norte destaca-se como o bloco regional de maior efeito base positivo do país. O estado de Roraima (RR) registra o maior desvio positivo de todo o território nacional (+16,8 pontos acima da média esperada pelo modelo), seguido por:

1. Amapá (AP) (+11,4 pts);
2. Amazonas (AM) (+9,2 pts);
3. Tocantins (TO) (+7,7 pts);
4. Acre (AC) (+6,3 pts);
5. e Pará (PA) (+4,4 pts).

O estado de Rondônia (RO) surge como a única exceção negativa na Região Norte, registrando um desvio estatístico de -8,6 pontos em relação à média do país.

A Região Nordeste apresenta uma clivagem interna bem delimitada. Um grupo de quatro estados exibe interceptos estaduais fortemente positivos:

1. Ceará (CE) (+5,2 pontos);
2. Maranhão (MA) (+4,3 pts);
3. Piauí (PI) (+2,8 pts);
4. Rio Grande do Norte (RN) (+2,5 pts).

Os estados de Pernambuco (PE) (-0,1 pt), Sergipe (SE) (-0,2 pt), Bahia (BA) (-1,1 pt) e Paraíba (PB) (-1,2 pt) situam-se próximos do patamar de neutralidade, enquanto Alagoas (AL) apresenta o menor engajamento base da região (-6,2 pontos).

A Região Sudeste exibe um comportamento homogêneo e desmobilizador. Todos os seus quatro estados situam-se integralmente no lado esquerdo da linha de neutralidade, ostentando associações de desmobilização:

1. Rio de Janeiro (RJ) (-6,6 pontos);
2. Espírito Santo (ES) (-8,1 pts);
3. Minas Gerais (MG) (-11,1 pts);
4. São Paulo (SP) (-11,3 pontos).

A Região Sul revela a liderança de Santa Catarina (SC), que registra associação positiva (+4,1 pontos acima do padrão esperado pelo modelo), enquanto Rio Grande do Sul (RS) (-4,1 pts) e Paraná (PR) (-4,4 pts) situam-se no bloco desmobilizador abaixo da média nacional.

Na Região Centro-Oeste, os três estados apresentam um padrão desmobilizador homogêneo em relação à média do país:

1. Goiás (GO) (-3,7 pontos);
2. Mato Grosso (MT) (-3,8 pts);
3. e Mato Grosso do Sul (MS) (-4,1 pontos).

9. Considerações Finais

Este relatório diagnosticou o estado da participação partidário-eleitoral nos municípios brasileiros em 2024 examinando três dimensões e sintetizando sua principal tendência comum por meio do IPar Municípios – Partidário-Eleitoral. A análise das três dimensões que compõem o índice (comparecimento eleitoral, filiação partidária e alistamento eleitoral não obrigatório de jovens de 16 e 17 anos) permitiu traçar um panorama abrangente da participação partidário-eleitoral no país, bem como examinar sua associação com indicadores socioeconômicos e características territoriais dos municípios brasileiros e contextuais dos estados. Nesta seção, sintetizamos os principais achados do IPar, bem como explicitamos as explicações presentes na literatura que dialogam com os padrões encontrados e podem contribuir à sua interpretação.

Os dados mostraram que, enquanto o comparecimento às urnas constitui uma modalidade de participação amplamente consolidada (com taxa média nacional de 83,53% e mediana de 84,17%), a filiação partidária e o alistamento eleitoral de jovens concentram-se em níveis significativamente mais baixos (médias de 16,70% e 12,93%, respectivamente). Vale ressaltar novamente que alude-se a uma “consolidação”, pois não parece plausível atribuir o elevado comparecimento às urnas apenas ao caráter obrigatório do voto, pois as penalidades são baixas e as justificativas do não comparecimento são simples.

No entanto, a matriz de correlação estatística evidenciou que as três dimensões que compõem o índice variam conjuntamente de modo moderado, ou seja, nos municípios, o aumento da participação em uma variável ocorre de forma simultânea e paralela ao crescimento numérico das demais, embora a associação entre alistamento voluntário e comparecimento eleitoral seja fraca.

O alistamento voluntário e o comparecimento eleitoral apresentam uma padrão semelhante quando examinada sua associação ao desenvolvimento municipal, seja de forma agregada (IFDM) ou examinando cada um de seus componentes de modo separado. Quanto menor o desenvolvimento municipal

(ou Educação ou Emprego & Renda ou Saúde) maior o engajamento partidário eleitoral. Já a filiação partidária varia positivamente com os indicadores socioeconômicos, quanto maiores esses valores, maior a filiação a partidos. Conforme apontado no relatório, o segundo padrão é esperado, mas inverte a relação entre a disponibilidade de recursos e a participação e, nesse sentido, não corresponde às expectativas informadas pela literatura especializada.

A relação entre a participação partidário-eleitoral e o espaço nos municípios (porte populacional, nível de urbanização e posição do município na rede urbana regional e nacional) apresenta um padrão comum inversamente proporcional notavelmente consistente. A emissão de título de eleitores para jovens, o voto e a filiação a partidos co-variam negativamente com o número de habitantes e com a taxa de urbanização: quanto menores os municípios e quanto mais rurais as cidades, maior a participação, e vice-versa.

A análise de componentes principais (PCA) extraiu a tendência central e unificada das três variáveis, confirmando que o comparecimento às urnas, a filiação cidadã a partidos e a emissão voluntária do título de eleitor pela juventude operam em conjunto nas cidades brasileiras. De modo mais preciso, essa tendência comum explica 56% da variação entre os municípios do país, embora 44% dos dados responda a outras dinâmicas. O fator que captura essa tendência central é o IPar Municípios – Partidário-Eleitoral.

O cruzamento do IPar com indicadores socioeconômicos e territoriais revelou padrões consistentes de variação entre os municípios, embora não inteiramente homogêneos. O índice apresenta valores mais elevados em municípios menos urbanizados, de menor renda per capita e de menor porte populacional. Esse resultado é impulsionado principalmente pelo comparecimento eleitoral e pelo alistamento não obrigatório de jovens, que alcançam proporções mais altas nesses contextos.

A análise desagregada, contudo, mostra que a filiação partidária possui uma dinâmica parcialmente distinta. Sua incidência aumenta à medida que o desenvolvimento municipal aumenta (IFDM) e a renda per capita dos municípios se elevam, embora diminua em contextos de maior urbanização e

porte populacional. Os resultados demonstram, assim, que as características municipais não afetam de maneira uniforme todas as modalidades de participação. O IPar capta uma dimensão comum de engajamento, mas sua interpretação deve considerar as especificidades dos três componentes que o formam.

Os modelos estatísticos indicaram que o porte populacional constitui o principal preditor do Índice da participação partidário-eleitoral. Os resultados mostraram que os municípios da faixa de até 5.000 habitantes (Porte IBGE 1) apresentam a associação positiva mais forte com o índice (+32,15 pontos em relação aos municípios de 100k a 500k habitantes). Em contraste, municípios classificados com mais de 500.000 habitantes (Porte IBGE 7) exibem associação negativa (-3,46 pontos).

Os mapas elaborados para representar a distribuição territorial da participação partidário-eleitoral em relação a indicadores de desenvolvimento evidenciaram padrões espaciais consistentes, oferecendo uma cartografia do engajamento partidário-eleitoral no Brasil. Os municípios do interior e de regiões menos favorecidas socioeconomicamente (fortemente presentes nas regiões Norte e Nordeste) são os que possuem maiores níveis de participação. No extremo oposto, as cidades mais ricas, urbanizadas e desenvolvidas, concentradas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, abrigam populações com níveis inferiores de participação, com destaque para a região Sudeste, cujos estados (ES, SP, MG e RJ) apresentam desempenho negativo em relação à média do país. Em síntese, os resultados expostos no relatório atestam que a vitalidade da participação partidário-eleitoral no Brasil encontra sua maior expressão fora dos grandes centros urbanos e econômicos. A região Norte exibe uma particularidade geográfica: por um lado, possui estados com participação partidário-eleitoral acima da média nacional, como Tocantins, Roraima e Amapá. Por outro lado, abriga uma quantidade extensa de municípios dispersos que combinam indicadores muito baixos de desenvolvimento social com níveis igualmente reduzidos de participação.

Os diferentes ângulos de exploração da participação partidário-eleitoral oferecem um diagnóstico abrangente, estabelecendo padrões sistemáticos, mas dificilmente o leitor terá escapado de se perguntar “por que?” ao longo destas páginas ou, de modo mais preciso, qual a explicação para tais padrões. Embora a busca de explicações escape ao escopo do relatório, e demande um trabalho diferente, orientado à comprovação (ou a testar e falsear hipóteses), é possível elencar as principais explicações gerais (teorias) compatíveis com os resultados encontrados, bem como as principais teses do conhecimento empírico acumulado no Brasil sobre as três dimensões da participação partidário eleitoral.

A explicação mais amplamente aceita e sistematicamente testada em diferentes contextos nacionais sobre a participação política diz respeito aos custos da participação ou, de modo mais preciso, à relação entre os recursos dos participantes e os custos de se participar[6]. O *modelo do status socioeconômico* (SES, pelas suas siglas em inglês), estabelece que a participação é sistematicamente afetada pela estratificação social[7]. Em um país como o Brasil, pessoas mais ricas, escolarizadas, brancas e homens tendem a participar mais porque têm mais recursos: tempo disponível, meios materiais para se deslocar, maior legitimidade para se posicionar publicamente e mais autoconfiança desenvolvida ao longo de sua biografia.

As associações positivas entre a dimensão da filiação partidária e o desenvolvimento socioeconômico, medido pelo Índice FIRJAN, são claramente compatíveis com essa explicação. Porém, o alistamento voluntário e o comparecimento às urnas apresentam padrão contraintuitivo, pois são maiores em municípios de menor porte populacional e níveis de desenvolvimento socioeconômico menores. O mesmo ocorre com o papel dos municípios de pequeno porte como preditores do índice de participação partidário eleitoral.

Para entender por que municípios com cidadãos com menores recursos socioeconômicos e piores posições na estratificação social tendem a participar mais nessas duas dimensões é pertinente pensar em fatores que mediam a relação entre recursos (explicação acima) e engajamento cidadão. As *teorias*

da mobilização atentam exatamente para o papel dos intermediários políticos, isto é, de agentes dedicados profissionalmente à mobilização e de suas estratégias[8]. Certamente, entender por que partidos políticos, candidatos e seus intermediários no território privilegiam ou são mais eficientes nesses municípios mal aquinhoados, é uma parte da explicação.

É possível que os agentes da mobilização não sejam inteira ou sequer parcialmente responsáveis por elevar o voto de jovens menores de 18 anos ou o comparecimento às urnas, isto é, que outros fatores estejam operando ou mediando a relação entre recursos e engajamento. Notadamente, as *teorias do capital social* e as *abordagens culturais* deslocam o foco dos indivíduos para uma dimensão coletiva compartilhada. Tal e como enfatizado na introdução deste relatório, os estudos e abordagens mais consolidadas e difundidas sobre a participação política focam nos indivíduos. Uma das características que tornam o diagnóstico do estado da participação nos municípios é, precisamente, seu caráter municipal e, nessas abordagens, municípios não são a unidade de agregação dos comportamentos e preferências de indivíduos, mas territórios com lógicas sociais próprias.

As abordagens do capital social apontam para fatores societários como a solidariedade, a confiança, a pressão social e a presença de estrutura comunitárias de ação (associações), cuja ocorrência pode ser propiciada pelas características de municípios de menor porte[9]. Note-se, as três dimensões da participação partidário-eleitoral e o próprio índice (IPar) que sintetiza sua variação em um fator apresentam uma relação favorável com municípios de menor porte e com taxas menores de urbanização.

No que diz respeito a isso, vale registrar que os estudos sobre “efeito escala” sustentam, por exemplo, que a participação tende a ser mais intensa em unidades políticas menores, ainda que isso não implique necessariamente maior igualdade política ou deliberação de melhor qualidade. Em municípios de pequeno porte, a política é mais próxima, personalizada e socialmente visível. Eleitores conhecem com maior facilidade candidatos, dirigentes partidários, lideranças religiosas e comunitárias; partidos conseguem mobilizar e monitorar

seus apoiadores com menores custos organizacionais; e a própria participação eleitoral adquire maior visibilidade pública, elevando os custos simbólicos da não participação. A proximidade entre representantes e representados, portanto, reduz os custos de mobilização e favorece formas convencionais de engajamento político.

Cabe notar que o efeito escala também pode operar de modo distinto, em diálogo com o modelo do status socioeconômico, centrado em recursos. Seria possível pensar que os custos de participar são mais elevados em cidades maiores. Embora essa literatura foque em recursos individuais, o tempo é um recurso que pode ser afetado pela escala das cidades e certamente é mais escasso em conglomerados urbanos que exigem demorados deslocamentos da população.

Por sua vez, a cultura política diz respeito a uma configuração complexa de elementos simbólicos e práticos[10]. A análise georreferenciada (mapas) evidencia de modo contrastante diferenças que escapam das proposições das explicações centradas na estratificação socioeconômica e nos atores interessados na mobilização política dos cidadãos. Os municípios da região norte e nordeste tendem a ser mais engajados do ponto de vista do índice da participação político eleitoral, embora também concentrem indicadores socioeconômicos baixos, enquanto os municípios da região sudeste apresentam exatamente o padrão inverso — bons indicadores e baixo engajamento. A região sul, por sua vez, apresenta simultaneamente indicadores socioeconômicos e participação partidário-eleitoral elevada.

As pesquisas realizadas no país sobre as três dimensões da participação partidário eleitoral sugerem interpretações mais específicas do que aquelas que é possível oferecer com base nas principais explicações gerais. O comparecimento eleitoral constitui, de longe, a dimensão mais investigada. Pesquisas mais recentes têm incorporado fatores contextuais dos municípios para explicar essa dimensão. Por exemplo, encontramos na bibliografia o argumento de que o comparecimento pode aumentar quando há, nos municípios, maior competição eleitoral, já que disputas acirradas elevariam os

incentivos para que partidos e candidatos mobilizem eleitores. Pesquisas também têm mostrado que municípios de menor porte estão associados a taxas mais elevadas de participação eleitoral[11]. Em contraste, maior fragmentação partidária poderia reduzir o comparecimento eleitoral nas unidades municipais[12].

O alistamento eleitoral voluntário da juventude constitui uma agenda ainda pouco explorada no Brasil. Estudos disponíveis sobre o alistamento e, de forma mais ampla, sobre o ingresso e o envolvimento dos jovens na política institucional sugerem a importância de processos de socialização política e das redes de relações interpessoais nas quais os jovens estão inseridos. Família, escola e universidade, grupos de pares, movimentos sociais e organizações partidárias aparecem como espaços relevantes para a formação de disposições políticas e, em diferentes modalidades de participação, para o recrutamento e o engajamento juvenil[13] [14] [15]. A política local constituiria um espaço de relações de maior proximidade com atores e instituições políticas, embora essa proximidade conviva com elevados níveis de desconfiança. A decisão de realizar o alistamento eleitoral voluntário pode ser concebida como potencialmente condicionada, assim, pelas experiências de socialização, pelas redes de proximidade e pelas características do contexto político em que os jovens estão inseridos.

No que se refere à filiação partidária, estudos no país mostram que sua incidência tende a ser maior em municípios pequenos e com perfil econômico mais rural, enquanto municípios mais populosos e industrializados apresentam menores taxas de filiação. Uma hipótese para explicar esse padrão é que, em contextos nos quais o Estado ocupa maior centralidade no atendimento das demandas da população, a filiação partidária constitui um canal importante de acesso ao poder público. Em contextos economicamente mais desenvolvidos, por sua vez, a existência de outras alternativas para o atendimento dessas demandas tenderia a reduzir a centralidade do Estado no cotidiano local e, com isso, os incentivos à filiação partidária[16].

Em síntese, os resultados apresentados nesse relatório e os estudos citados atestam que a compreensão da participação partidário-eleitoral exige a consideração de fatores territoriais, que estruturam as formas de mobilização política no plano local. Esses resultados e sua distribuição territorial, como ressaltado na seção de apresentação, podem ser verificados no [hotsite](#) IPar Partidário-Eleitoral criado pelo OPar. A visualização interativa dos cálculos que compõem o índice, por intermédio do *hotsite*, representa a tentativa do OPar em criar uma ferramenta visual, intuitiva e gratuita, que possibilite a verificação da distribuição nacional do IPar, empiricamente fundamentada e acessível ao público amplo.

Para finalizar, cabe destacar que o diagnóstico apresentado neste relatório integra um esforço mais amplo desenvolvido no âmbito do projeto *Estado da Participação nos Municípios*. Esse abrange também a investigação das dinâmicas municipais relacionadas ao associativismo civil, às instituições participativas, ao governo aberto e à transparência, bem como às formas de participação não institucionalizada.

Notas

[1] O modelo multinível (ou hierárquico) linear de efeitos mistos é utilizado para tratar dados agrupados em estruturas aninhadas (municípios dentro de estados)

[2] O hotsite IPar Partidário-Eleitoral buscar o município desejado no campo de pesquisa; consultar sua pontuação no IPar, classificação e posições nos rankings estadual e nacional; comparar comparecimento eleitoral, filiação partidária e alistamento jovem com a média nacional; explorar a distribuição territorial do índice no mapa; verificar o Ajuste Sociodemográfico, que compara a pontuação observada com a esperada pelo modelo; e examinar os gráficos de associação entre o IPar e características municipais, como urbanização, população e dimensões do IFDM 2022.

[3] A Análise de Componentes Principais (PCA) é uma técnica estatística multivariada que reduz a dimensionalidade dos dados projetando-os em eixos ortogonais (componentes) que maximizam a variância explicada. Antes de rodar a PCA, a adequabilidade dos dados foi validada por testes estatísticos de consistência (Kaiser-Meyer-Olkin e Esfericidade de Bartlett)

[4] Estatisticamente, essa dinâmica refere-se à primeira componente principal (PC1), que responde por 56,34% da variabilidade total explicada. As três variáveis possuem coeficientes positivos em relação a este eixo (PC1), o que atesta a tendência matemática de covariância na mesma direção.

[5] A dinâmica de divergência refere-se à segunda componente principal (PC2), que responde por 27,09% da variância residual dos dados (a variabilidade que resta após extrairmos a PC1). O vetor da taxa de filiação partidária possui carga positiva na PC2 (+0,672), enquanto a taxa de alistamento jovem possui carga negativa (-0,740), demonstrando que as variáveis atuam de forma contrastante e ortogonal nesse segundo eixo. A variável de comparecimento eleitoral, com carga próxima a zero (0,031), é praticamente nula no eixo da PC2, indicando que o voto compulsório não contribui para explicar os contrastes locais residuais.

[6] A abordagem do modelo socioeconômico encontra em Sidney Verba seu principal expoente. Ver *Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison* (Verba, Sidney, Norman H. Nie, Jae-On Kim. Cambridge: Cambridge University Press, 1978).

[7] A formulação mais sofisticada do modelo pode ser encontrada em *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. (Verba, Sidney, Schlozman, Kay, Lehman, Brady E. Henry, Cambridge: Cambridge University Press, 1995).

[8] Ver *Mobilization, Participation, and Democracy in America*. (Rosenstone, Steven J. and Hansen John Mark. New York: Longman, 1993).

[9] O conceito de capital social remonta aos anos 1960, pero seu uso para caracteriza uma cultura que deve-se a Putnam. Ver *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. (Putnam, Robert D. Princeton, New Jersey, USA: Princeton University, Press, 1994). Também,

Bowling alone The collapse and revival of American Community (Putnam, Robert. New York, Touchstone. . 1999).

[10] Essa abordagem começa com a parceria seminal entre Almond e Verba, que darei alugar, anos depois, à abordagem do modelo SES. Ver, *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. (Almond, Gabriel A. Verba, Sidney, Princeton: Princeton University, 1963). Essa perspectiva ganhou renovação analítica com o trabalho de Inglehart. Para um balanço que visa recolocar a questão da cultura política, ver: “The Renaissance of Political Culture” (INGLEHART, R. na *American Political Science Review*, Washington, D.C., v. 82, n. 4, Dec. 1988. p. 1203-1229)

[11] SPECK, Bruno Wilhelm; PEIXOTO, Vitor de Moraes. Participação eleitoral nas disputas nacionais, estaduais e municipais no Brasil (1998-2020). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 39, p. 1-42, 2022.

[12] SOUZA, Cíntia Pinheiro Ribeiro de. Efeitos de competição, gastos de campanha e fragmentação eleitoral sobre comparecimento e votos válidos nas eleições municipais brasileiras em 2012. *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 312–342, maio/ago. [11] 019.

[13] CUNHA, Patrícia R. C. da; DELLA ROCHA, Camila Rodrigues. O alistamento eleitoral juvenil: reflexões sobre comportamento político e comportamento eleitoral da juventude no Rio Grande do Sul/Brasil. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 39–58, maio/ago. 2014.

[14] BARROS, Antonio Teixeira de. Juventude e poder local: um estudo sobre o comportamento político dos jovens nas eleições municipais de 2016. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 849–883, set./dez. 2018.

[15] BARROS, Antonio Teixeira de; GUIMARÃES, Ricardo Senna; SILVA, Sérgio Freitas da; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Juventudes partidárias no Brasil: motivações e perspectivas dos jovens filiados a partidos políticos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 30, p. 113–158, set./dez. 2019.

[16] CERVI, Emerson Urizzi; TERRON, Sonia; SOARES, Glaucio Ary Dillon. Filiação partidária: uma importante variável esquecida no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 26, n. 3, p. 494–521, set./dez. 2020.

Ficha técnica

Equipe OPar:

Adrian Gurza Lavalle - Coordenador

Carla Cecília Rodrigues Almeida - Coordenadora

Lizandra Serafim - Coordenadora

Camila Oliveira Santana - Bolsista DTI - C (CNPq)

Carlos H. Filgueiras - Pesquisador no LEPP/UFS

Inácio de Paula e Silva - Bolsista DTI - C (CNPq)

Laura Pimentel Barbosa - Gestão de projetos

Mateus Camillo - Coordenador de Comunicação

Maira Rodrigues - Doutora em Ciência Política pela USP

Rodrigo Martins - Cientista de Dados/Especialista visitante-CNPq

Relatório IPar Municípios – Partidário-Eleitoral:

Adrian Gurza Lavalle - desenho, redação

Carla Cecília Rodrigues Almeida - desenho, redação

Inácio de Paula e Silva - desenho, redação

Lizandra Serafim - desenho, redação

Rodrigo Martins - desenho, análise de dados, redação

Rony Coelho - desenho, redação

Comitê Gestor do INCT Participa:

Adrian Gurza Lavalle (NDAC/USP) - Coordenador

Marcelo Kunrath Silva (GPAGE/UFRGS) - Vice-Coordenador

Carla Almeida (SociDem/UEM)

Carla Gandini Giani Martelli (GEPPADE/Unesp)

Eduardo Georjão (Resocie/UnB)

Euzeneia Carlos (NUPAD/UFES)

José Szwako (NDAC/UERJ)

Lizandra Serafim (NPPD/UFPB)

Matheus Mazzilli Pereira (GPACE/UFRGS)

Monika Dowbor (NDAC/UFRGS)

Assessoramento externo

Clovis Henrique Leite de Souza - Secretaria Nacional de Participação Social

Roberto Rocha Pires - pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Silvia Cervellini - cofundadora e diretora do Delibera Brasil

Uvanderson Vitor da Silva - coordenador de programas na Fundação Tide Setubal